



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS TRINDADE - CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Larissa Miranda Domingos

Título: "AQUI NO CAMBIRELA, RESISTE MARIGHELLA" - O Direito à Cidade e a
Ocupação Carlos Marighella

Florianópolis

2023

Larissa Miranda Domingos

Título: "AQUI NO CAMBIRELA, RESISTE MARIGHELLA" - O Direito à Cidade e a Ocupação Carlos Marighella

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais do Campus Trindade - Centro Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof. Anaís Medeiros Passos, Dr.(a)

Florianópolis

2023

Domingos, Larissa Miranda

"AQUI NO CAMBIRELA, RESISTE MARIGHELLA" - O Direito à Cidade e a Ocupação Carlos Marighella / Larissa Miranda Domingos ; orientadora, Anaís Medeiros Passos, 2023.

77 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. sociologia urbana. 3. lutas sociais. 4. movimentos sociais . 5. moradia. I. Passos, Anaís Medeiros . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Larissa Miranda Domingos

Título: "AQUI NO CAMBIRELA, RESISTE MARIGHELLA" - O Direito à Cidade e a Ocupação Carlos Marighella.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharelado e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Local: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Bloco B, sala 324, 01 de novembro de 2023.

Insira neste espaço
a assinatura

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Prof.(a) Anaís Medeiros dos Passos, Dr.(a)
Orientador(a)

Insira neste espaço
a assinatura

Prof.(a) Thaís de Souza Lapa, Dr.(a)
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina.

Insira neste espaço
a assinatura

Prof.(a) Luiz Gustavo de Souza da Cunha, Dr.(a)
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 2023.

Em memória de Larissa Vianna Neveu, egressa do Serviço Social/UFSC. Para
sempre em nossos corações.

Para minha filha, Maria Joana.

AGRADECIMENTOS

Eu sinto certa necessidade de poder olhar para este trabalho e poder me sentir finalmente contemplada com tudo que eu acreditava e acredito. Quando entrei no curso de Ciências Sociais, em 2015, tudo o que poderia imaginar que aconteceria, tanto politicamente quanto na minha vida pessoal, de fato, ocorreram. Eu tive de me afastar de algo que ainda nem sabia como funcionava, eu tive que me privar de muitos acessos à leituras e ao processo de escrita, que sempre foram muito difíceis para mim e de acordo de onde venho, a educação que tive. Eu entendo nesse sentido, que pelas condições materiais, sociais e psicológicas, eu me afastei do momento em que eu sonhava acordada, em toda aula de Sociologia que tinha no Ensino Médio. Era um sonho a ser conquistado. Durante este período que estive fora, era como se a Universidade fosse um bicho de sete cabeças, eu não sabia me inserir, eu não sabia como conviver, ainda. Outros momentos e situações me levaram a maternar no meio de tudo isso, da minha própria decisão em continuar o curso, ou não. Logo após esse período, em um momento ainda mais conturbado, como na pandemia do Covid-19 e do ensino remoto, eu decidi que não dava mais para postergar o meu sonho. Havia uma luz no fim do túnel, apesar de tantos conflitos, e eu decidi retomar o curso, desde o começo.

Pude finalmente ter contato com as leituras que sonhava desde então, que fazia discussões mas sem ter o mínimo de acesso material ao mesmo. Lembro de cada uma das aulas, atividades e leituras e foi como se eu estivesse realmente dentro de uma sala de aula, apesar de dentro de casa. Isso foi graças aos professores do Departamento de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, a suas didáticas, a sua forma de ensinar e de transmitir esse conhecimento. Eu ouvia tudo de forma atenta e motivadora. No último ano de pandemia, tive o privilégio de ter aulas com os professores que hoje fazem parte da minha banca e a minha orientadora, Anaís Medeiros Passos, Luiz Gustavo de Souza da Cunha e Thaís de Souza Lapa, agradeço enormemente toda a contribuição, toda a atenção e compreensão. As trocas e conversas sobre minha situação e também o apoio em poder fazer parte como bolsista PIBIC na pesquisa da professora Anaís Passos, que no momento em que me encontrava, era escolher entre ser mãe ou ser estudante. E com isso, agradeço novamente por este percurso.

Descendo o Cambirela,
a luta é cultura do povo guerreiro
Vem chegando o Comuna,
soprando forte para acender esse braseiro.

(Samba enredo Bloco Comuna que Pariu, Florianópolis, 2023.
De tanta cultura e luta, a bernunça avermelhou! (duração: 5m43s). YouTube.)

RESUMO

Para discutir o tema do direito à moradia, iremos trazer um estudo de caso sobre a Ocupação Carlos Marighella tema. Iremos analisar os repertórios de ação coletiva utilizados por este movimento ao longo de 3 fases da ocupação. Para contextualizar o tema, estudaremos algumas políticas de moradia no estado de Santa Catarina, especificamente na capital e na região continental. Em nível de contribuição deste TCC, iremos categorizar três fases da Ocupação Carlos Marighella, onde cada uma delas representa a forma de ação do movimento, possuindo suas características próprias e reivindicações. Especificamente sobre cada fase, iremos abordar a ocupação de um terreno abandonado na primeira fase, procurando entender os agentes e processos envolvidos. A desocupação forçada é abordada na segunda fase, evidenciando um conflito. E, por fim, observamos um renascimento da ocupação onde as famílias podem finalmente realizar o trabalho diário e empreender lutas intrínsecas à construção de uma ocupação. Também mobilizamos entrevistas onde moradores narram suas experiências nessas três fases citadas. Por fim, mobilizamos alguns exemplos de lutas que já ocorreram nos municípios e cidades da região continental de Florianópolis - Santa Catarina. Em conclusão, este trabalho procura evidenciar a necessidade de políticas públicas que evidenciam o acesso efetivo à moradia.

Palavras-chave: moradia, lutas sociais, sociologia urbana, movimentos sociais.

ABSTRACT

To discuss the topic of the right to housing, we bring a case study on the theme Carlos Marighella Occupation. We will analyze the collective action repertoires used by this movement throughout 3 phases of the occupation. To contextualize the topic, we will study some housing policies in the state of Santa Catarina, specifically in the capital and in the continental region. At the contribution level of this TCC, we will categorize three phases of the Carlos Marighella Occupation, where each of them represents the movement's form of action, having its own characteristics and demands. Specifically regarding each phase, we will address the occupation of an abandoned land in the first phase, seeking to understand the agents and processes involved. Forced eviction is addressed in the second phase, highlighting a conflict. And finally, we observe a renaissance of occupation where families can finally carry out daily work and undertake struggles intrinsic to the construction of an occupation. We also mobilized interviews where residents narrated their experiences in these three phases above. Finally, we mobilize some examples of struggles that have already occurred in municipalities and cities in the continental region of Florianópolis – Santa Catarina. To conclude, this work seeks to highlight the need for public policies that highlight effective access to housing.

Keywords: housing, social struggles, urban sociology, social movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Valor do m ² no Brasil	23
Figura 2 – Distribuição dos extremos de renda	30
Figura 3 – Mapa dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida	35
Figura 4 – Ocupação na Guarda do Cubatão	39
Figura 5 – Bandeira da Unidade Classista sobre prédio ocupado	41
Figura 6 – Organização da despensa de alimentos	43
Figura 7 – Ginásio de Esportes	47
Figura 8 – As condições no Ginásio	48
Figura 9 – Organização no Ginásio	49
Figura 10 – Condições e organização	50
Figura 11 – Organização dos pertences dos moradores	50
Figura 12 – Festival Cultural	52
Figura 13 – Dia do evento	54
Figura 14 – Morro do Cambirela	55
Figura 15 – PET Debate	57
Figura 16 – NUHAB e Defensoria Pública	58
Figura 17 – Dia das Crianças na OCM	59
Figura 18 – Aririu da Formiga	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tempos de deslocamento	33
Tabela 2 – Unidades Habitacionais contratadas pelo MCMV	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
BNH	Banco Nacional da Habitação
CFCAM	Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro
CNMO	Coletivo Negro Minervino de Oliveira
FLORAM	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUP	Movimento pela Universidade Popular
NEAMB	Núcleo de Educação Ambiental
OAS	Ocupação Amarildo de Souza
OCM	Ocupação Carlos Marighella
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PM	Polícia Militar
SC	Santa Catarina
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
UJC	União da Juventude Comunista
UJT	União da Juventude Trabalhadora
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Objetivo geral e objetivos específicos	15
1.2 Metodologia, justificativa e problemática	17
2 A QUESTÃO DA MORADIA E AS REVOLUÇÕES URBANAS	19
2.1 DEMOCRACIA E ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	25
2.2 AS POLÍTICAS DE MORADIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA	29
3 A OCUPAÇÃO MARIGHELLA	37
3.1 Primeira fase da Ocupação	37
3.2 Segunda fase da Ocupação (Ginásio não é moradia)	44
3.3 Terceira fase da Ocupação (Renascimento)	54
3.4 As entrevistas	60
3.5 Últimas contribuições	68
4 CONCLUSÕES	70
REFERÊNCIAS	72
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	73
APÊNDICE A – Roteiro de perguntas	76

1 INTRODUÇÃO

1.1 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para o objetivo geral deste trabalho, estudaremos o caso da Ocupação Carlos Marighella. Este estudo compreende o período desde maio de 2022, quando é criada a Ocupação Carlos Marighella, tendo como força motriz o comitê de luta por moradia, pertencente à corrente sindical Unidade Classista¹, vinculada politicamente ao Partido Comunista Brasileiro,² até o primeiro semestre de 2023. A Ocupação promoveu a junção de quase 100 famílias. As famílias ocuparam um terreno abandonado localizado no bairro Guarda do Cubatão, no município de Palhoça. O Jornal ND Mais³ fez uma cobertura sobre o processo de despejo da Ocupação deste terreno, onde identificamos a construtora por trás dos prédios que foram abandonados pela mesma. Este jornal também contribui com uma cobertura do processo judicial que levou à desocupação das famílias, que serão estudados nos capítulos seguintes.

Quando a Ocupação sofre o despejo forçado, em meados de junho de 2022, ainda vigorava a decisão nº 14.216/2021⁴ (anexo à Lei do Despejo Zero), que havia

¹ A Unidade Classista é uma força do Partido Comunista Brasileiro, onde militantes reúnem-se através de diversos setores do mercado de trabalho e funcionários públicos, como professores, profissionais da Tecnologia da Informação, entre outros. Na construção de uma Ocupação, é decidida através dos trabalhadores a participarem de tal ação direta, apoiar enquanto unidade sindical, para que possam reivindicar as ações políticas tomadas dentro e fora da Ocupação, assim como o apoio primordial aos trabalhadores reunidos e ocupantes. Fonte: <http://unidadeclassista.org.br/> Último acesso em: 06/06/2023

² O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 1922, tendo um histórico de 101 anos de luta política no Brasil. Embora em diversos momentos da história do Brasil, atuou através da ilegalidade e foi perseguido politicamente durante governos antidemocráticos no Brasil. A partir da década 1990, o Partido consegue legitimidade jurídica para reivindicar suas bandeiras, onde então surge a reconstrução do PCB enquanto luta pela classe trabalhadora e histórica do Brasil. Fonte: <https://pcb.org.br/portal2/28166> Último acesso em: 19/07/2023.

³ O Jornal NDMais fez uma cobertura sobre o caso do despejo, onde reuniu diversas informações sobre as famílias. O nome da construtora responsável pelos prédios foi informado, no qual declara falência, abandonando os prédios por mais ou menos 8 anos antes dos moradores ocuparem o terreno. Fonte: <https://ndmais.com.br/politica/familias-sao-despejadas-de-ocupacao-em-palhoça-com-acao-da-pm-entenda-o-caso/> Último acesso em: 19/07/2023.

⁴ “A decisão foi tomada no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, na qual o ministro suspendeu, inicialmente por seis meses em junho de 2021, ordens de remoção e despejos de áreas coletivas habitadas antes da pandemia. Ele considerou que despejos em meio à crise da Covid-19 poderiam prejudicar famílias vulneráveis. No fim de 2021, o ministro prorrogou a proibição de despejos até 31 de março de 2022. Depois, em uma terceira decisão, deu prazo até 31 de junho e, por fim, estendeu a proibição até 31 de outubro de 2022.” Consultar notícia em: [Lei nº 14.216/2021 \(Lei do Despejo Zero\)](#). Último acesso em: 19/07/2023.

sido aprovada no Supremo Tribunal Federal durante a pandemia do Covid-19. Na data do despejo, 14 de junho de 2022, a Ocupação acordou com membros da força armada dirigindo a elas palavras de ordem para desocuparem os prédios. Sendo direcionados para um ginásio de esportes no bairro Caminho Novo, os moradores, despejados em pleno inverno, reclamaram sobre as condições do ginásio e da falta de assistência social da Prefeitura de Palhoça. Iremos reunir as transcrições dos vídeos publicados dos próprios moradores reclamando sobre tais condições⁵, assim como dialogar com essas publicações com as fases presentes neste trabalho. Além de analisar as condições apresentadas na primeira fase da Ocupação, presentes no Agravo Judicial realizado pelos advogados populares (TJSC, 2022).

Por fim, a ocupação decide em assembleia durante a fase do Ginásio de Esportes, ocupar outro terreno à vista, desde então, as famílias se locomoveram até este novo terreno, realizando novos mutirões de construção e limpeza. Foi relatado, nas entrevistas, que nesta fase, muitos moradores acabaram desistindo, mas outros foram contemplados e chamados para ocupar os apartamentos disponíveis. Iremos então, classificar eventos que ocorreram após este renascimento, como chamam, da Ocupação em um novo terreno.

Para os objetivos específicos deste trabalho, iremos caracterizar as diferentes ações desenvolvidas em cada uma das fases da Ocupação e analisá-las a nível de engajamento político, como os mutirões de apoio realizado por militantes de diversos coletivos do PCB, como também apoiadores, estudantes secundaristas e universitários, que participaram de atividades de limpeza do terreno e dos prédios, assim como auxiliaram na construção dos espaços da cozinha comunitária e na arrecadação de doações e alimentos para os moradores. Essas atividades se tornam essenciais para entender o processo de construção de uma ocupação urbana. Vamos analisar essas atividades, desde a primeira fase até o renascimento, ou terceira fase, no terceiro capítulo do trabalho, após a discussão bibliográfica do assunto, e por fim, vamos mobilizar entrevistas com alguns moradores que narram suas experiências na Ocupação, desde a primeira fase.

⁵ Neste vídeo produzido por apoiadores e militantes, os moradores e coordenadores da OCM denunciam o despejo forçado das famílias e as condições consideradas precárias pelos moradores ao habitarem o Ginásio de Esportes. Fonte: <https://www.instagram.com/p/CfeSdUOjegg/> Último acesso em: 19/07/2023.

1.2 METODOLOGIA, JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA

Os métodos utilizados neste trabalho são a observação direta, a análise documental e a análise de publicações nas redes sociais. Iremos caracterizar o repertório de ações coletivas de cada uma das fases da Ocupação delas, através de fotografias registradas ao fazer visitas a campo e também ao descrever registros e publicações feitas pelos próprios moradores e ocupantes em redes sociais.

A visita ao campo, com o intuito de conhecer a Ocupação Marighella através da observação direta, incluíram fotografias que servem para ilustrar as diferentes fases da ocupação. Iremos elucidar questões pertinentes à luta por moradia no município da Grande Florianópolis, passando pela cidade de Florianópolis e municípios vizinhos, como a cidade de Palhoça. No primeiro capítulo, iremos trazer bibliografias que tratam sobre o tema estudado em diversos momentos, como a construção das ocupações urbanas no estudo realizado pelo professor Francisco Canella (2016), no qual o autor descreve ocupações realizadas ao longo da história da cidade de Florianópolis e região continental. No segundo capítulo, iremos acompanhar os acontecimentos das três fases da Ocupação e fazer uma análise das mesmas. As entrevistas, no final do trabalho, foram realizadas em setembro de 2023 com o intuito de conhecer melhor as vivências e particularidades dos moradores da Ocupação. Foi aplicado um roteiro de perguntas que está disponível no Apêndice. As perguntas norteadoras foram realizadas no sentido de conhecer a atuação dos moradores dentro da Ocupação, as suas condições de trabalho e as experiências que tiveram ao longo das fases da Ocupação Carlos Marighella.

Para fins de justificativa deste trabalho, o mesmo está inserido na discussão da literatura sobre o direito à moradia. De forma a introduzir o tema, o mesmo remete a autores clássicos do século XIX, como Engels (1872) em “Sobre a questão da Moradia”. Em uma linha mais recente, Carmen Tornquist (2022) analisa as condições dos trabalhadores de Florianópolis que os levam a construir este espaço onde reivindicam direitos de propriedade ou de função social para terrenos abandonados, assim como a resistência em participar da luta por moradia.

Outro tema bastante discutido que se tornou central para este trabalho, foi a vinculação com um grupo de estudos intitulado “Direito à Cidade” do PET de Serviço Social da UFSC, onde estudamos alguns autores essenciais sobre as temáticas norteadoras do tema, como David Harvey (2008) para introduzir o tema sobre

revoluções urbanas e de onde surge tal contexto de luta. A questão do direito e acesso à cidade e a luta por moradia permanecem intrínseca aos movimentos sociais e ao debate construtivo de uma verdadeira política de moradia.

A problemática da pesquisa consiste em descrever os repertórios de ação (BRINGEL et. TEIXEIRA, 2015, p. 43), ou seja, as diversas atividades envolvidas da Ocupação de forma articulada com a sociedade civil e acadêmica, no sentido de promover o apoio ao movimento.

Para além disto, é primordial entender que para analisar o movimento social, existam estudos como os de Maria Glória Gohn presentes no livro “Participação e Democracia no Brasil” (2019). Neste livro, nos dois primeiros capítulos, os estudos sobre as fases dos movimentos sociais e suas abordagens, serão resumidas no trabalho. Por fim, as atividades que são desenvolvidas pelos movimentos sociais, temos os estudo “Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas” organizado pelas autoras Ilse Scherer-Warren e Lígia Helena Hahn Lüchmann (2015). No livro, os repertórios de ação destes movimentos e seu engajamento relacionam-se com as atividades desempenhadas na Ocupação.

A nível de investigação, entrevistas com os moradores constataram que o terreno estava abandonado há cerca dez anos e que pertencia ao antigo Programa Minha Casa Minha Vida (ALEXANDRONI et MOLOSSI, 2022), onde alguns futuros moradores vieram a fazer pagamentos de suas parcelas, mas sem perspectiva de moradia. A empresa responsável pela construção havia declarado falência⁶. Na primeira fase da Ocupação, foi relatado então pelos coordenadores que a primeira fase da Ocupação, teria se dado em uma construção abandonada pelo antigo programa Minha Casa Minha Vida, e é de intuito deste trabalho, entender e compreender melhor o programa e suas aplicações nos municípios. Por isso, trabalhos como “*Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis*” dos autores Eduardo Leite Souza e Maria Inês Sugai (2018), debatem a utilização do Programa MCMV e suas

⁶ Matéria publicada pelo Jornal UFSC à Esquerda, onde entrevista o coordenador da Ocupação, Filipe Bezerra, onde diz: “*A leitura que fizemos para ocupar os prédios foi de que eles não estavam cumprindo uma função social, estavam abandonados e tinham uma boa estrutura. Eram construções destinadas ao programa Minha Casa, Minha Vida, mas estavam com a obra parada há dez anos, pois a empreiteira faliu, então era um espaço ocioso. Como há uma grande demanda dos trabalhadores que estão desempregados, recebendo baixos salários e que têm disposição de se organizar e ocupar os prédios para cumprir uma função social, que é garantir moradia à população, decidimos ocupar.*” (ALEXANDRONI et MOLOSSI, 2022) Consultar em: <https://ufscasquerda.com/noticia-ocupacao-carlos-marighella-em-sc-sob-ameaca-toda-solidariedade-aos-que-lutam/> Último acesso: 14/06/2023.

construções na delimitação do espaço urbano e quais as condições socioeconômicas do grupo que irão acessar este programa.

2 A QUESTÃO DA MORADIA E AS REVOLUÇÕES URBANAS

O tema da luta por moradia e direito à cidade, tem seu prelúdio na escrita da obra *Sobre a Questão da Moradia*, de Friedrich Engels, em 1872, em sua primeira publicação. Nesta obra, é abordado como o desenvolvimento do capital imobiliário gera desigualdades no acesso à moradia pela classe trabalhadora. O crescimento do sistema capitalista globalizado gera uma margem de pessoas que quitam seus aluguéis mas que não possuem o acesso de fato à moradia e à cidade.

O fundamental desta questão é trazer a essencialidade da propriedade da terra à dignidade humana:

Ora, de onde vem a escassez de moradia? Como surgiu? Como bom burguês, o senhor Sax não pode saber que ela é um produto necessário da forma burguesa da sociedade; que sem escassez de moradia não há como subsistir uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora depende exclusivamente do salário e, portanto, da soma de mantimentos necessária para garantir sua existência e reprodução; na qual melhoramentos contínuos da maquinaria etc. deixam massas de trabalhadores; na qual violentas oscilações industriais recorrentes condicionam a existência de um numeroso exército de reserva de trabalhadores desocupados, por um lado, e, por outro, jogam temporariamente na rua uma grande massa de trabalhadores; na qual grandes massas de trabalhadores são concentradas nas metrópoles, e isso mais rapidamente do que, nas condições vigentes, surgem moradias para eles; na qual, portanto, encontram-se necessariamente locatários até para os chiqueiros mais infames; na qual, por fim, o dono da casa, na qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas também de certo modo, em virtude da concorrência, o dever de obter por sua casa, sem nenhum escrúpulo, os aluguéis mais altos possíveis. Numa sociedade desse tipo, a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária, que só pode ser eliminada, com repercussões sobre a saúde etc., quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde a base. Mas o socialismo burguês não pode saber disso. Não lhe é permitido explicar a escassez de moradia a partir das condições vigentes. Não lhe resta outro recurso, portanto, a não ser explicá-la com fraseados morais a partir da maldade humana, a partir do pecado original, por assim dizer. (ENGELS, 2015, p. 67)

A ideia central deste trabalho, não é apenas retomar essas discussões, de forma anacrônica, pois não é possível comparar períodos históricos, mas visitá-los a nível de compreensão geral sobre o tema. Carmen Tornquist é eloquente em seu artigo “*A moradia como questão: uma comparação entre as ideias de Engels e o conceito de déficit habitacional*” (2021), onde irá contextualizar temporalmente a questão da moradia de Engels:

A falta de habitação ou as péssimas condições de moradia não são problemas exclusivos do capitalismo, “ela [escassez de moradia] atingiu todas as classes oprimidas de todos os tempos de modo bastante homogêneo” (ENGELS, 2015: 38). Porém, podemos avaliar, sem dúvidas, que o atual sistema político e econômico teve um papel fundamental em agravá-la - principalmente com o surgimento das grandes cidades, a partir da primeira revolução industrial - a ponto de não ser possível solucionar a escassez de moradia sem que mudem as bases do próprio sistema, como acreditavam alguns de seus contemporâneos, nos já citados debates em “Sobre a questão”. Engels é sempre bastante enfático: “Para pôr um fim a essa escassez de moradia só existe um meio: eliminar totalmente a espoliação e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante” (idem: 38, grifo do autor). Em diversas passagens desta obra o autor destaca a necessidade de uma revolução social como solução para os problemas de moradia nas grandes cidades. Inclusive fazendo um exercício de imaginação das tarefas imediatas e horizontes que a classe trabalhadora teria que perseguir, desde as expropriações das casas já existentes até a supressão da divisão entre campo e cidade, como colocado anteriormente (idem: 56) (MAIER; TORNQUIST, 2021, p. 90)

Ao ampliar a discussão sobre direito e acesso à cidade, David Harvey (2008) conceitua sobre os grupos que desafiam a hegemonia capitalista. O autor dialoga com diversas questões até mesmo filosóficas referente aos costumes e normas sociais. A urbanização se transforma em uma vertente do capitalismo, tendo como objetivo único obter mais-valia, acumulando capital através da força de trabalho empenhada pela classe trabalhadora. O artigo intitulado “*O direito à cidade*” dialoga com a transformação dos meios de produção ao longo da história e do desenvolvimento do capitalismo, transformando suas ferramentas de trabalho, de tal forma, inovando e criando outras formas de organizações dos meios de produção.

A acumulação capitalista enfrenta diversas crises quando se depara com problemas como o desemprego, a inflação, etc. Tendo em vista tais problemas, as revoluções urbanas absorvem as lutas sociais históricas de organização social

contra alguma política ou principalmente, contra o avanço da acumulação primitiva do capital. Alguns exemplos serão analisados e discutidos posteriormente neste trabalho. A busca pelo lucro pode ultrapassar a própria crise do capitalismo e da desvalorização do capital através do desemprego.

Ao discutir o acesso à moradia no Brasil, precisamos entender o processo de urbanização. Faremos um recorte histórico e social no que se refere à luta urbana e os processos de desenvolvimento do capitalismo nas cidades. O sociólogo Octávio Ianni, em seu livro *A Ditadura do Grande Capital*, descreve este processo:

Muito mais importante do que essa e muitas outras iniciativas dos governantes, no sentido de atuar na “área social”, foi a decisão de formular e pôr em prática uma política habitacional. Nesse caso combinaram-se, de forma praticamente “ótima”, o Estado e a empresa privada, de modo a construir habitações “populares”. Os governantes partiram da constatação de que “a classe operária” e “a classe média inferior” não dispunham de recursos financeiros para adquirir casa. Somente poderiam candidatar-se à “casa própria” se lhes fosse garantido um “financiamento a longo prazo, com prestação inicial módica”. Ao mesmo tempo, tratava-se de combinar o “planejamento habitacional” com “uma política de planejamento urbanístico e de desenvolvimento regional”. Foi assim que o governo criou o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhou), pela Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964. Do mesmo modo que se conferiam aos estados e municípios as tarefas de “elaboração e execução de planos diretores, projetos e orçamentos para a solução dos seus problemas habitacionais”, estabelecia-se que cabia “à iniciativa privada a promoção e execução de projetos de habitações”. Tudo isso sob o comando do Estado. (IANNI, 2019, P. 46)

Ermínia Maricato, em artigo publicado na Revista *Vozes*, em 1985, faz a discussão na qual é apontada uma solução para o problema do acesso à moradia e a aquisição de imóveis que foi proposta durante o regime militar no Brasil. Ao deixar claro que as investidas do Banco Nacional de Habitação não foram contempladas, quando a autora diz:

Os movimentos de transporte ou de habitação (à exceção do movimento de mutuários do BNH) presentes em todas as capitais brasileiras, não logram sequer, depois de muitos anos de existência, apresentar bandeiras nacionais de luta (propostas nacionais para suas reivindicações) ou clarear para seus participantes o papel do Estado enquanto gestor dessas chamadas “políticas sociais” e sua relação

com os interesses empresariais envolvidos com as mesmas. (MARICATO, 1995, p. 406)

A problemática levantada a partir deste estudo, seria entender como a classe trabalhadora pode, a partir do que se entende por escassez de moradia, lutar contra esta, criando formas de ação direta, ou seja, de ocupações que realizam. Existem estudos mais aprofundados sobre o tema, mas iremos focar em estudar as ocupações realizadas a partir da década de 1990, nas cidades da região central de Santa Catarina.

Francisco Canella é Sociólogo com Doutorado pela USP e atualmente é professor da UDESC. Em 2016, escreveu o artigo "O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990-2014)". Neste artigo, o autor apresenta algumas Ocupações que ocorreram nas cidades da região da Grande Florianópolis, consistindo São José, Biguaçu e Palhoça.

Quanto a isso, é importante destacar que a legitimidade deste ator repousa nas conquistas obtidas pelo movimento da Reforma Urbana, originado dos anos 1960 e que obteve, quando da elaboração da Carta Constitucional de 1988, duas importantes conquistas: os artigos 182 e 183, referentes à política de desenvolvimento urbano e, principalmente, a regulamentação destes pela Lei Federal no 10.257, de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, e que se baseia na noção de função social da propriedade – e da cidade – e na gestão democrática da mesma. (CANELLA, 2016, P. 269)

A partir disso, Canella analisa as Ocupações ocorridas entre 1990 até 2014. Ele aborda a situação socioeconômica das famílias para compreender a construção política dessas lutas. A partir disso, ao conhecermos autores que se baseiam sobre o tema da ocupação de terras improdutivas para aplicação “constitucional da função social” da terra, iremos nos debruçar no estudo dos casos mais recentes de luta por moradia na região da Grande Florianópolis.

No entanto, a trajetória dos moradores, nos anos seguintes à ocupação e ao mutirão acabou revelando que o processo de luta coletiva garantiu habitação, mas não proporcionou mobilidade social, não alterando, para a maioria deles, indicadores como o nível de renda e o grau de escolaridade. Os antigos sem-teto continuaram a viver numa cidade cujo crescimento os incorporava apenas de forma subalterna à sua dinâmica. Aliás, o aumento da atividade turística, ao contrário do que havia sido

preconizado pelos defensores do projeto de metropolização da cidade, não se traduziu na melhoria das condições de vida da população empobrecida. No caso da localidade aqui analisada, a população prosseguiu convivendo com elevados índices de desemprego, informalidade e empregos temporários. (CANELLA, 2016, P. 274)

Quanto à relação das ocupações com os órgãos estatais e instituições ambientais, o despejo ilegal se torna tema, visto que órgãos responsáveis por licitações ambientais acabam sendo usados para reprimir estes espaços e desocupar áreas de ocupação ditas ilegais, temos um caso ocorrido que segue:

Em 1º de agosto de 2013, fiscais da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM), acompanhados da Polícia Militar e da Guarda Municipal, subiram o morro para despejar sem mandado judicial os moradores da Palmares. A comunidade reagiu à ação da demolição e, deve-se destacar, a presença dos apoiadores foi fundamental nessa reação. Ligaram para defensoria pública da União, e para vereadores. De acordo com um depoimento, no momento em que perceberam que estavam os apoiadores estavam falando ao telefone com políticos, advogados, os policiais militares, fiscais e agentes da Guarda Municipal passaram a mudar de atitude. Os moradores fizeram uma representação junto à FLORAM, acusando-a de desconhecimento da própria legislação da cidade. Argumentaram que desconhecia o zoneamento da cidade, pois a área ocupada não era APP (Área de Preservação Permanente) e, mesmo que fosse, não poderiam violar um domicílio, a não ser com ordem judicial. (CANELLA, 2016, P. 278)

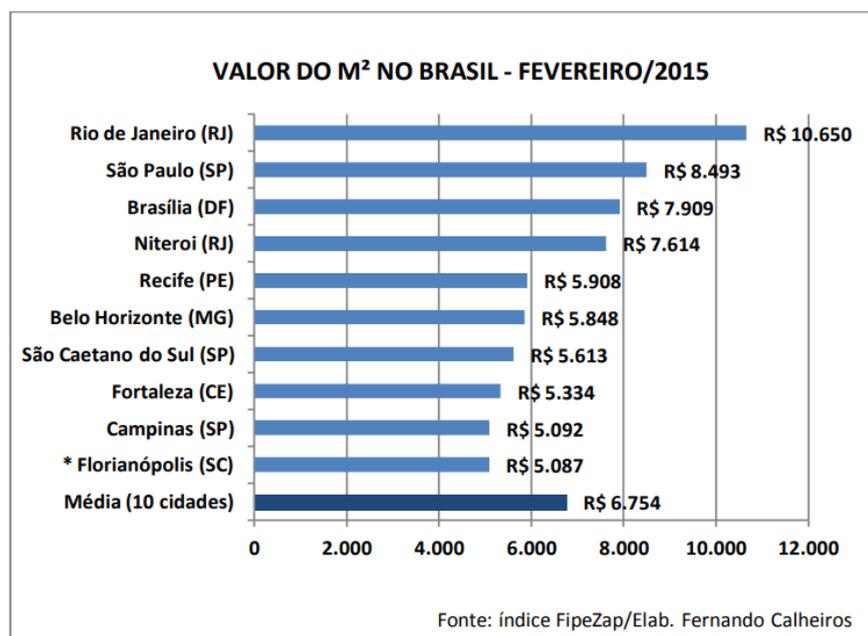
Carmen Tornquist, escreve o artigo *“Os trabalhadores e a cidade: desigualdade socioespacial e a luta por moradia em Florianópolis”* publicado na Revista Marx e Marxismos entre julho e dezembro de 2022. Ela traz dados recentes ao citar o déficit habitacional, a escassez de acesso ao programa MCMV, tema que aprofundaremos neste trabalho. Para concluir, estes dois trabalhos se tornam importantes para traçar historicamente, em uma espécie de linha temporal, as lutas urbanas por moradia que existiram durante os anos 2000 e a partir de então.

Apesar de não garantir o acesso à terra urbanizada, com acesso e equipamentos urbanos, sendo sobretudo um programa de financiamento habitacional, o acesso ao Minha casa, minha vida poderia, talvez, ter mitigado o déficit habitacional oficial do município sem ofender os exigentes olhares da burguesia local com sua presença nas áreas mais nobres, já que uma das características deste programa foi construir conjuntos habitacionais longe dos centros urbanos. Na área conurbada de

Florianópolis não foi diferente: a maior parte das construções propiciadas por esse programa aconteceu nas regiões onde a terra tinha baixo valor, distantes dos serviços, com alto custo (tanto em tempo quando em dinheiro) referente a transportes e exigindo, em tese, ações do Estado para compensar as debilidades decorrentes dessas características. (TORNQUIST, 2022, P. 8)

Nesse sentido, pode-se concluir que a luta por moradia tem ocorrido em cidades com altas taxas de aluguel e de venda de imóveis, como veremos no caso de Florianópolis.

Figura 1 - Valor do m² no Brasil



Fonte: Fernando Calheiros, 2016, p. 45-6.

Em contraste, o trabalhador das classes média e baixa não possui capital o suficiente para investir em moradia, tendo que pagar altas taxas de aluguel por ano (CALHEIROS, 2016, P. 47).

2.1 DEMOCRACIA E ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Maria da Glória Gohn (2019) realiza um trabalho sobre as diversas fases das lutas populares travadas no Brasil da década de 1960 a 2013, onde a participação dos movimentos sociais e da participação popular impulsiona as decisões

legislativas, assim como cria um repertório histórico de personagens e militantes brasileiros. A pesquisa desta autora se torna extremamente importante para entender os ciclos organizados dos movimentos sociais históricos no Brasil, assim como suas dissidências e efeitos nas políticas públicas no país.

O primeiro ciclo de manifestações sociais antecede o Golpe Militar de 1964, nos quais estudantes e trabalhadores tomam as ruas, após o golpe, também há resistência destes e outros setores nas lutas por resistência, no qual, a partir do AI 5, toda e qualquer manifestação foi reprimida⁷. Durante a ditadura militar, o movimento pela anistia e outras forças políticas marcam o segundo ciclo destas lutas participativas, caracterizadas por lutas pela melhoria das condições urbanas e por direitos sociais básicos. Ocorre uma ampliação da participação, incluindo outros sujeitos sociais fora dos partidos políticos ou sindicatos. Nesta fase, a autora fala que já são travadas lutas por moradia, bens e serviços públicos e acesso aos direitos e melhoria nas condições econômicas e sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Os movimentos sociais foram protagonistas das lutas travadas nas décadas de 1970-1980 em diante. Neste momento, a partir do *primeiro e segundo ciclos* de lutas populares, a reconstrução do estado democrático de direito são as abordagens para a análise dos movimentos sociais que se formaram a partir da reivindicação e da luta por democracia no Brasil, Gohn (2019), irá delinear sua pesquisa através dos momentos nos quais os movimentos sociais no Brasil, onde tomaram forma em suas pautas e lutas por direitos que estariam interligados na construção da cidadania e democratização, expressas na Constituição Federal de 1988, caracterizando *segundo e terceiro ciclos* de lutas populares.

As fases analisadas constituem etapas primordiais das lutas dos movimentos sociais; assim como a luta por democratização, no *terceiro ciclo* dos movimentos sociais, se torna primordial para a discussão sobre o que é ser cidadão e qual seu espaço dentro da democracia. Retomando, as Diretas Já possuíram um papel significativo no processo de politização no país. No pós 1988, surge o debate pela cidadania. Os movimentos reivindicam pautas para incluir todos os aspectos do

⁷ Um ponto importante de mencionar, é a implementação das Ações Cívico Sociais pelo Exército Brasileiro, que se intensificou nesse período, onde foi realizada uma certa comunhão entre o currículo escolar com a didática militar. (GOHN, p. 68)

que seria uma vida digna para os brasileiros e a moradia, não ficou fora da discussão.

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação, por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. (TILLY, 1995, p. 26, citado por GOHN, 2019, p. 39-40)

As abordagens *primeira, segunda e terceira* estão explicitadas acima, em que os movimentos sociais travam as lutas para a redemocratização do país e principalmente, da luta contra o regime militar. Iremos destacar a *quarta abordagem*, na qual os participantes se engajam politicamente através da sua militância. É criada uma rede de solidariedade, onde as trajetórias de vida dos indivíduos envolvidos se tornam importantes vertentes de socialização participante. As condições estruturais são apreendidas coletivamente através da identificação com o “nós”⁸ e ao compreender o “outro”. A *quinta abordagem* será citada também por critérios de envolvimento com o reconhecimento de direitos e ao eixo da justiça social. Ao se engajar em lutas, busca-se gerar transformações culturais e jurídicas.

A *sexta abordagem* é caracterizada pela participação militante, a partir da perspectiva do interacionismo simbólico, direcionadas pela teoria marxista da luta de classes e pelos movimentos sociais. Sob este prisma, os processos das lutas sociais existem em busca da transformação das condições existentes, ou carências econômicas e contra as opressões. Este processo, caracterizado pelos marxistas, representa a luta histórica das classes sociais que se encontram subordinadas. No Brasil, os movimentos clássicos são representados nas lutas pela terra ou pela moradia, a partir do modelo marxista. (GOHN, 2019, p. 45-7)

A *sétima abordagem* ficou de fora deste capítulo pois não constitui análise relevante para o objetivo deste trabalho. Então, a *oitava abordagem, a relacional*, caracteriza as ações dos movimentos sociais através das redes sociais, sendo que as mesmas potencializam a luta política. Neste trabalho, é utilizado o mapeamento das publicações nas redes sociais e mídias realizadas pela própria Ocupação para a divulgação de suas lutas, atividades e manifestações. Adotamos a sexta e oitava

⁸ Aqui podemos referenciar a entrevista realizada por uma das moradoras da Ocupação, Idelvania, que irá aparecer no final deste trabalho, onde ela referencia, embora inconsciente da abordagem, a identificação com o “nós” e apela para a utilização do termo e enfatiza certa aceitação do mesmo, ao se referir aos moradores, vizinhos e coletivos.

abordagem como abordagens que se encaixam neste trabalho, a critério analítico e investigativo.

Ativistas ou militantes de movimentos sociais procuram ter seus direitos garantidos, ao lutar por políticas públicas que pensem nestas questões políticas, econômicas e sociais, como no caso de políticas de moradia e acesso à cidade, no caso do programa Minha Casa, Minha Vida. Ainda assim, cabe questionar qual o nível de participação real da população em uma sociedade extremamente desigual.

Para entender então, a participação política dos movimentos sociais e seus repertórios de ação, o Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) realizou diversos trabalhos, sendo um deles, o livro “Movimentos Sociais e Engajamento Político” (2015) organizado por Ilse Scherer-Warren e Lígia Helena Hahn Lüchman. Neste caso, a questão urbana e a luta pela moradia são categorizadas como “movimentos populares” onde cada especificidade é considerada.

girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluida, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo. (ALONSO, 2009, p. 67) (LÜCHMANN et. SCHERER-WARREN, 2015, p. 19)

Durante a década de 1990, quando ocorre as Conferências Mundiais das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, surgiram diversas articulações nacionais ao redor da luta pelo acesso à moradia, como Fóruns Nacionais de Luta por Moradia; pela Reforma Urbana; da Reforma Agrária e Justiça no Campo, dos Direitos Indígenas e a partir dos anos 2000, a participação no Fórum Social Mundial (FSM). Pesquisadores passaram a estudar novas formas de organização dos movimentos sociais. A noção de rede compreende os processos de estruturação da sociedade, a posteriori, as redes sociais entram com força nessa relação entre a cultura do cotidiano e a participação institucional. (LÜCHMANN et. SCHERER-WARREN, 2015, p. 27). Estes estudos analisam as diferenças, lógicas e dinâmicas de organização dos movimentos sociais.

Com efeito, a participação convencional está com frequência relacionada com a não convencional, indicando que pessoas interessadas na política e competentes no

campo tendem a utilizar simultaneamente vários instrumentos possíveis para pressionar os governos. Se há indivíduos que preferem um ou outro tipo de estratégia, existem muitos que os combinam entre si. (DELLA PORTA, 2003, p.93) (BORBA; GIMENES et. RIBEIRO, 2015, p. 106)

O que podemos entender a partir desta síntese, é a extração de uma certa forma de analisar os movimentos sociais, caracterizando seus repertórios de ação, associando com o engajamento político e a participação política de fato, evidenciando suas reivindicações e pautas.

2.2 AS POLÍTICAS DE MORADIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A problemática da pesquisa nos leva a questionar as soluções para a moradia no Estado de Santa Catarina, onde os trabalhadores poderiam participar de programas de moradia do governo federal. Contudo, ao analisar a faixa de renda destes que seriam incluídos no programa, devida a uma certa consequência analisada de que, haveria a exclusão destes trabalhadores informais ou fora das faixas de renda apresentadas, gerando então tal questionamento.

As condições analisadas de uma forma regional também são reproduzidas em em nível regional. As condições de trabalho precário impedem a conquistas de direitos básicos, como consta no trecho abaixo:

A pobreza na América Latina é resultado da desigualdade extrema imposta via mercado de trabalho, através de empregos pouco qualificados e, sobretudo, de níveis salariais extremamente baixos, instituídos aquém dos patamares de subsistência. Com a deterioração das condições de emprego na década de 1990, observa-se uma queda significativa dos salários, notadamente na segunda metade da década, ainda que algumas bolhas de recuperação tenham sido registradas aqui e ali, como resultado da vitória sobre a inflação. E embora a pobreza tenha diminuído por isso mesmo, de modo geral agravou-se a desigualdade. (LAVINAS, 2002, P. 45)

Esta citação de Lavinias (2002) ilustra as condições de desigualdades sociais que iremos estudar no contexto de Santa Catarina.

O artigo de Eduardo Leite de Souza e Maria Inês Sugai de 2018, intitulado “*Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis*”, discute as políticas do Programa Minha Casa,

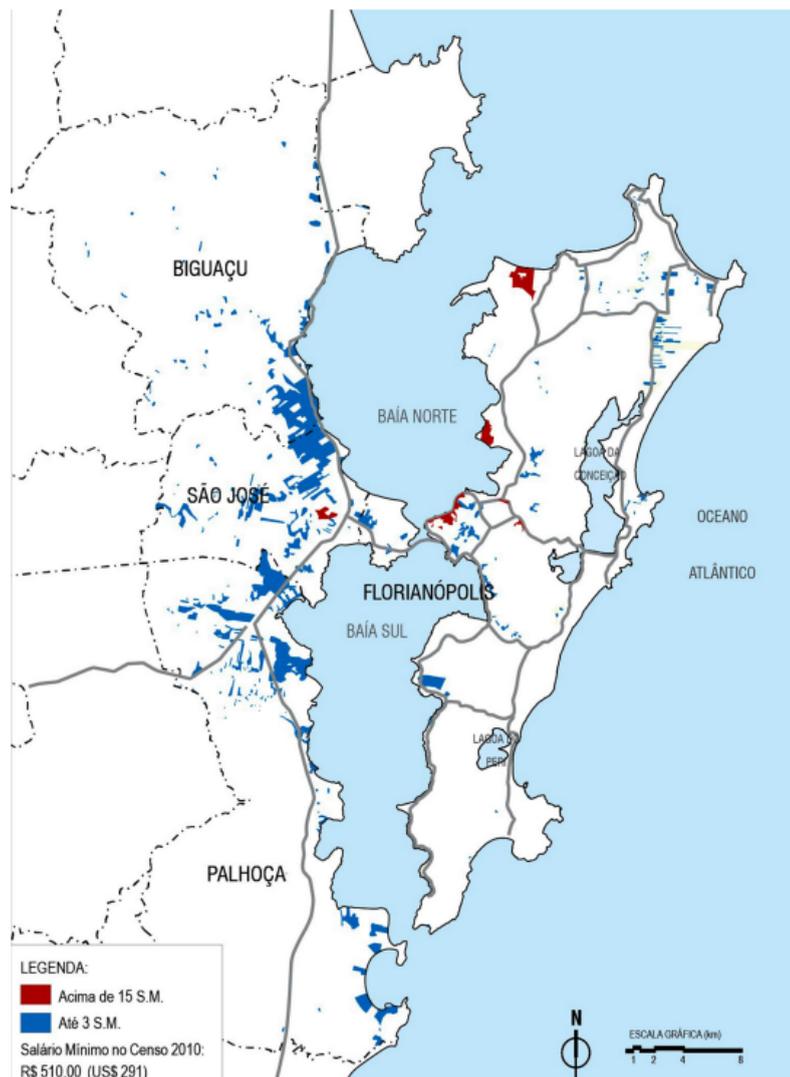
Minha Vida, entre 2014 a 2016, quando o Programa foi interrompido. As questões pertinentes no artigo, são quais as condições socioeconômica do público-alvo do programa, assim como a questão do transporte público, pois as construções se dão em áreas conurbadas ou bairros distantes dos centros comerciais e da atividade laboral da maioria dos participantes do programa. Sendo assim, existe uma dificuldade de integração entre a região central de Florianópolis e o Continente, que inclui Palhoça, São José e Biguaçu.

Iremos dialogar e esclarecer alguns pontos trazidos por estes autores, que demonstram conhecimento na criação e nos motivos de uma Ocupação existir e quais são as formas de organização e apoio oferecidos por civis, funcionários públicos e pela comunidade em geral. Os gráficos demonstram a dificuldade de acesso à moradia em Santa Catarina:

É imprescindível incluir no debate de mobilidade urbana a distribuição das camadas sociais no espaço urbano e a desigualdade de investimentos em determinadas porções das cidades, o que influencia diretamente o preço da terra e, conseqüentemente, o exercício do direito à cidade. Isso porque, mais do que as infraestruturas em si, o elemento que acrescenta qualidade e valorização a um terreno urbano é justamente sua localização, entendida como a proximidade de facilidades da vida urbana – através da acessibilidade aos espaços de lazer, trabalho, serviços públicos –, produzidas por investimentos sucessivos em sistema viário, aberturas de ruas, estradas, transporte público. (SOUZA ET. SUGAI, 2018, P. 76)

Diante desse diálogo, podemos investigar algumas questões sobre a cidade, em ser especificamente pensada para acesso de transportes privados e do consumo destes, dificultando as linhas públicas de transporte, em questão de tempo de locomoção, além de encarecer o valor de integração entre os bairros e municípios principais de produção comercial da cidade e região. O trabalhador sente-se na pressão de adquirir um veículo próprio (SOUZA et. SUGAI, p. 84), pois, se ele depende das linhas de ônibus que passam em locais mais isolados dos bairros, isto dificulta que seja pontual, ou mesmo impossibilita a locomoção até o local de trabalho. No texto, a partir dos gráficos, os autores trazem a relação do número de população dessas cidades e o número de domicílios conurbados, sendo díspares entre eles.

Figura 2 – Distribuição dos extremos de renda



Fonte: Souza; Sugai (2018), p. 80.

A partir deste gráfico, vemos a distribuição de renda entre os extremos nos municípios citados, no qual, em seguida, veremos onde será a construção do PMCMV. Isto evidencia a tentativa de periferização do Programa e de isolamento da classe trabalhadora em habitações distantes dos seus locais de trabalho.

A distribuição demográfica na região metropolitana de Florianópolis, aliada à concentração de serviços e empregos na capital, em especial na área central, e à configuração física do sistema viário, acarreta penosos deslocamentos pendulares intermunicipais diários, principalmente entre ilha e continente. Isso representa o maior desafio à mobilidade da região. Apenas uma conexão na parte mais estreita das baías, com duas pontes de quatro faixas cada, configura a conexão entre as partes

continental e insular da região metropolitana, com congestionamentos diários extremamente longos. (SOUZA; SUGAI, 2018, P. 82)

A questão da divisão territorial das cidades entre o comércio e local de habitação é analisada de forma intrínseca à utilização do transporte público, para entender a necessidade de possuir um veículo próprio para realizar o trajeto entre os municípios. Durante a jornada de trabalho semanal, se formos considerar a divisão territorial entre comércio e moradia citadas acima, as linhas do transporte público para locais distantes dos centros comerciais diminuem de forma drástica, a exemplo:

Outra questão importante é os ônibus servirem, primordialmente, aos horários de pico, havendo uma redução drástica dos horários fora do pico e durante os finais de semana. Comparando-se a oferta de serviços no pico da tarde do sábado com o pico da tarde no dia útil, verifica-se uma eliminação de 65% das viagens ofertadas, percentual que atinge 73% no domingo. Isso acaba por cercear o acesso à cidade, pelos moradores de áreas mais afastadas e periféricas e sem condições de ter um veículo automotor, sobretudo no que diz respeito a equipamentos culturais e de lazer. (SOUZA; SUGAI, 2018, P. 84)

Tabela 1 – Tempos de deslocamento

	Tempo
Transporte público	78 minutos
Transporte individual	35 minutos

Fonte: SOUZA; SUGAI, 2018, P. 84

O Programa Minha Casa Minha Vida foi anunciado no ano de 2009, com o objetivo de atender à demanda habitacional de baixa renda, fazendo com que o mercado incorporasse setores que nunca tiveram oportunidade de adquirir imóveis pelo mercado formal. Em meio à crise, foi uma das principais estratégias do governo federal para impulsionar a economia brasileira, através de todos os serviços e atividades que a construção civil movimenta, e enfrentar os efeitos da crise econômica global. Os principais atores do PMCMV são a Caixa Econômica Federal, as prefeituras e o setor da construção civil. O montante de recursos alocados para o programa, para atender às famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos,

constituiu-se de fato inédito na história do País, que vinha de um período de 20 anos com exíguos investimentos federais no setor habitacional, após o fim do Banco Nacional de Habitação (BNH). Os subsídios oferecidos são divididos entre 3 faixas de renda, segundo a renda familiar. A faixa 1 inclui as famílias de renda mais baixa, com total de até 3 salários mínimos. A faixa 2 inclui renda familiar entre 3 e 6, enquanto a faixa 3, renda entre 6 e 10 salários mínimos. Cabe salientar que é justamente na faixa de renda 1 que se localiza a maior parte do déficit habitacional. (SOUZA; SUGAI, 2018, P. 88)

A construção dos projetos do PMCMV, no texto, é ilustrada por pelo gráfico (colocar o número) onde o programa contemplaria pessoas nas faixas 1, 2 e 3. Entre elas, em ordem, a primeira sendo de renda mais baixa, de até 3 salários mínimos, a **2**, de 3 a 6 salários mínimos e **3**, sendo de 6 a 10 salários mínimos. Evidenciando, quais seriam os contemplados pelo programa, tendo destaque a construção direcionada para as faixas de renda **2** e **3**, ou seja, com rendas acima de 3 salários mínimos em diante, embora o maior déficit habitacional esteja concentrado na faixa **1**.

Partindo dessa compreensão do fenômeno da pobreza, a CEE passa a considerar como pobre, já em 1976, todos os indivíduos e famílias cujos recursos, de tão escassos, os excluem dos modos de vida, hábitos e atividades normais do Estado onde vivem (THOMAS, 1999, p. 26 APUD. LAVINAS, 2002, p. 36). O método de cálculo para identificação de quem é pobre é estabelecido com base num indicador de pobreza relativa em que o rendimento mínimo é fixado na proporção de 2/3 da renda mediana disponível. Os indivíduos cuja renda per capita é inferior a tal limite habilitam-se, portanto, a público-alvo potencial das políticas assistenciais. (LAVINAS, 2002, P. 36)

Na distribuição dos projetos habitacionais em construção, a maioria se concentrou no município de Palhoça, onde veremos nas duas próximas figuras:

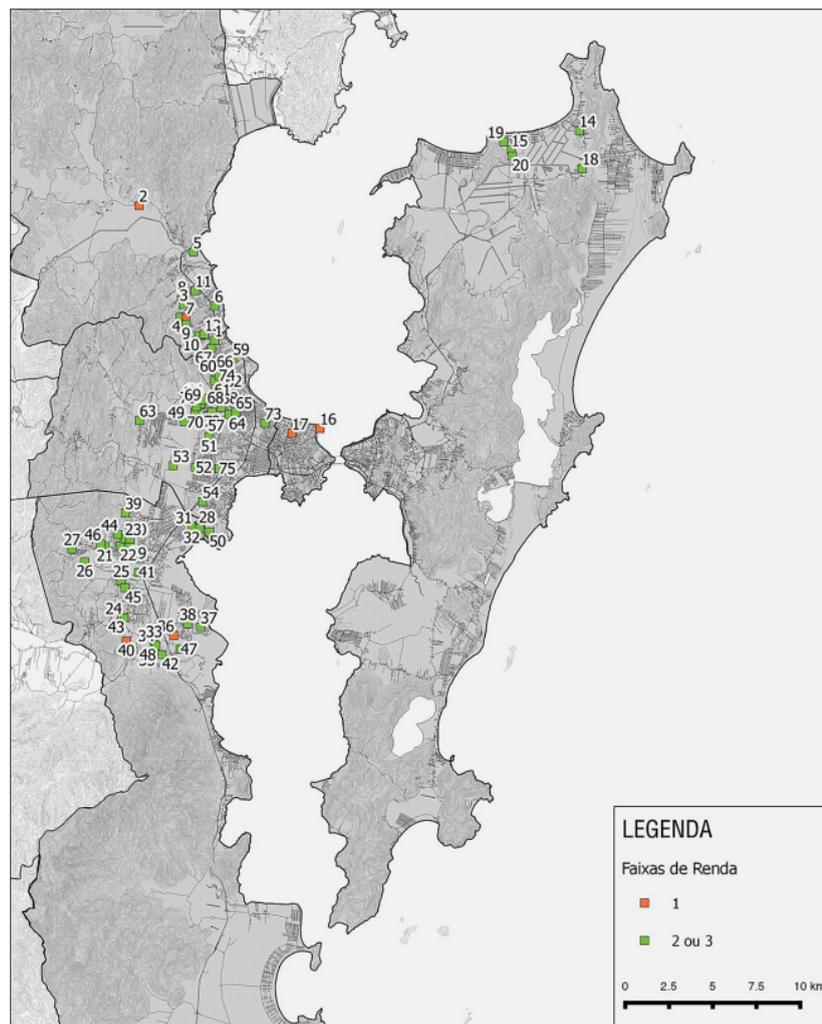
Tabela 2 – Unidades Habitacionais contratadas pelo MCMV

Município	Faixa de renda	Unidades Habitacionais (UH) Contratadas	Totais (UH)	Porcentagens
-----------	----------------	---	-------------	--------------

Biguaçu	Faixa 1	512	25,17%	2.034	16,43%
	Faixa 2 e 3	1.522	74,83%		
Florianópolis	Faixa 1	166	17,31%	959	7,75%
	Faixa 2 e 3	793	82,69%		
São José	Faixa 1	0	0,00%	3.256	26,30%
	Faixa 2 e 3	3.256	100,00%		
Palhoça	Faixa 1	800	13,05%	6.130	49,52%
	Faixa 2 e 3	5.330	86,95%		
Totais				12.379	

Fonte: SOUZA; SUGAI, 2018, p. 89

Figura 3 – Mapa dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida



Fonte: SOUZA; SUGAI, 2018, P. 90

Esse tipo de distribuição é apontada no texto como acarretadora de problemas para reprodução da força de trabalho, visto as altas tarifas de ônibus, escassez de ônibus fora dos horários de pico e problemas de infraestrutura, como longas horas de tráfego, nos horários de mais movimento, para saída e entrada na Ilha de Florianópolis. Outros problemas como acesso à cidade são explanados, as jornadas de estudo e trabalho na capital são somadas a esse tempo de deslocamento e distanciamento dos locais de moradia, para com as atividades comerciais e educacionais no Centro da cidade. Um exemplo é uma linha de ônibus no qual os horários são extremamente escassos, entre a maior parte dos horários de saída, são no período da manhã, e as tarifas intermunicipais aumentam anualmente e não há integração entre os municípios, tendo de pagar duas passagens.

Por fim, o que o texto considera que a implementação do MCMV concentra-se nas faixas de renda 2 e 3, em detrimento da faixa 1. A dificuldade de acesso à cidade é mais uma vez evidenciada, visto que as construções do projeto foram em municípios distantes da área comercial e turística da cidade, até mesmo longe das escolas, dificultando outro aspecto das famílias que é a busca e a luta por mais creches e mais vagas em creches públicas perto de suas residências.

Para concluir, as condições regionais de desigualdade de acesso a um programa social devem ser melhoradas, para um acesso não só inclusivo, mas que considere uma gama de trabalhadores que vivem de seu trabalho e que possuem o sonho da casa própria.

O caráter urbano da pobreza torna-se ainda mais visível na medida em que esta vem desafiar a governabilidade urbana, exigindo dos governos locais soluções rápidas e efetivas, inscrevendo no território da cidade marcas indelévels das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento. A pobreza é urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana. Isso se tornou ainda mais evidente à medida que a pobreza cedeu lugar, nas décadas mais recentes, à exclusão. Falar de exclusão social é tomar um registro mais amplo que o da carência ou do déficit de renda para informar o debate da pobreza. É transitar do universo restrito do não atendimento das necessidades básicas e vitais para o espaço da equidade, da emancipação e do pertencimento. Falar de gestão urbana hoje é falar da construção da cidadania, e isso vem produzindo um deslocamento do

espaço institucional da questão social da pobreza, que deixa o eixo do Estado e migra para as esferas locais de governo. Uma nova alteridade social emerge. Os atores são aqueles presentes nas arenas do cotidiano urbano, onde se define, com base na história, na cultura, nas relações econômicas dominantes e na forma de inserção no mundo global, nos padrões de sociabilidade existentes em cada localidade, o campo de possibilidades para estabelecer convenções capazes de vencer a pobreza. (LAVINAS, 2002, P. 26-27)

Este último trecho reafirma as condições existentes da exclusão social, onde é destacada a necessidade de uma gestão que considere um espaço de equidade e pertencimento.

3 A OCUPAÇÃO MARIGHELLA

Neste capítulo, iremos tratar especificamente a trajetória da Ocupação Carlos Marighella, desde o seu início, em maio de 2022, até os dias de hoje. Na primeira fase, a ocupação ocorre em um terreno abandonado há 7 anos (TJSC, 2022, p. 7) e logo após são despejados.

A segunda fase, após o despejo, a própria Prefeitura da Palhoça encaminha os moradores para um ginásio de esporte em outro bairro, as demandas mudaram e alguns moradores também deixaram a ocupação. Para a terceira e última fase analisada no trabalho, poucas famílias continuam neste novo terreno ocupado e também se dá outras relações que são analisadas adiante. Para as entrevistas, uma das moradoras acompanhou todo este trajeto e pôde relatar a partir de sua perspectiva todos estes acontecimentos.

Para trazer à tona esses acontecimentos a partir da observação direta, foram utilizadas as publicações em redes sociais da própria Ocupação e fotografias que a autora deste trabalho, realizou ao deslocar-se até o local para fins metodológicos do trabalho.

3.1 PRIMEIRA FASE DA OCUPAÇÃO

A Ocupação Carlos Marighella é um movimento político de luta por moradia que surgiu em meados de maio de 2022, quando trabalhadores de diversos setores se organizam através de uma luta em comum, sendo alguns deles militantes partidários. Nisso, a organização política que inaugura uma ação direta de reivindicar a moradia popular através de uma ocupação, é dada de forma em que moradores de um bairro se juntam em prol de uma pauta política.

Em uma página criada no Instagram da Ocupação, foi publicado um manifesto para visibilizar a criação da Ocupação, onde o movimento reivindica o acesso à moradia popular no bairro em questão. A partir disso, foram realizadas diversas campanhas para a arrecadação de alimentos e de doações aos moradores e ocupantes, ainda no bairro Guarda do Cubatão, na cidade de Palhoça, cerca de 100 famílias inicialmente participaram, segundo os coordenadores da Ocupação. Em menos de 3 dias, a ocupação foi ameaçada de despejo por moradores e vizinhos

dos arredores; segundo os moradores, os prédios “abandonados” iam ser reformados e vendidos, como os que moravam.

As campanhas para arrecadação de águas pelos membros da ocupação foram realizadas através de publicações em redes sociais, pois os órgãos responsáveis do Município pelo abastecimento e fornecimento de água encanada, teria sido inviabilizada, já denunciando a posição destes órgãos referentes ao acesso destes moradores à bens essenciais⁹. No dia 10 de maio de 2022, de acordo com uma publicação no Instagram da Ocupação, tiros e rojões foram disparados contra os prédios ocupados por vizinhos que se posicionaram contra os moradores e ocupantes. Uma carta de apoio à Ocupação Carlos Marighella foi publicada nas redes sociais, para coletar assinaturas dos apoiadores.

Manifesto do Povo Organizado

Somos o povo organizado e declaramos que não aceitamos gastar mais que a metade do nosso salário com aluguéis. Não é justo que um aluguel custe mais que nosso alimento. Aliás, nenhuma despesa pode ser maior que o alimento, a saúde, a educação, a segurança e o transporte das nossas famílias.

Hoje é o fim de tudo isso.

Hoje começamos uma nova etapa das nossas vidas, trocamos o eterno esperar pela esperança guerreira. No passado fica toda a incerteza e o sofrimento de esperar do Estado qualquer solução para nossos problemas sociais. Escolhemos ter um futuro de luta, escolhemos lutar em pé a viver de joelhos. Não temos medo da violência do Estado. Já sofremos violência desde sempre, afinal passar fome, sentir frio e não ter teto é uma violência cotidiana a qual não vamos mais suportar.

Não temos medo de prisão, já estamos presos em nossas casas alugadas uma vez que nossa renda sequer sobra para que possamos passear, ter lazer, etc. Viver bem a cidade que a gente mora é impossível. Aqui vivemos, aqui lutamos.

⁹ Na publicação, podemos perceber que na descrição do post, os coordenadores denunciam a ação dos órgãos de fornecimento de água e associam tal ação com impedimento de continuidade da ocupação ou tentativa de criminalizar, segue descrição da publicação:

Mais uma vez sofremos com a tortura do poder público. A Ocupação Carlos Marighella foi hoje vítima de uma operação da polícia militar, científica, civil, tático, guarda municipal de Palhoça, CELESC e CASAN para deixar as famílias sem teto da ocupação ainda mais desamparadas, cortando água e luz de homens, mulheres, crianças, pessoas idosas e grávidas que moram e dão função social para este terreno abandonado há 10 anos.

Pedimos encarecidamente, já que perdemos a geral da água na frente da ocupação, que por favor consigam água para a Ocupação Carlos Marighella. Rompendo com todo direito internacional e a declaração dos direitos humanos, mostrando que quer torturar as pessoas de dentro desta ocupação, o poder público decidiu fazer o corte de água e fez um processo de fiscalização de luz agressivo, com agentes policiais portando armamento para intimidar a população (...)

Este é um trecho do que está na descrição da publicação no Instagram, trago detalhadamente pois possui fins descritivos do conteúdo das postagens.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CdYz2n1uLtn/> Último acesso em: 19/07/2023.

Estamos organizados para conquistar a liberdade, a terra, o teto e o trabalho. Avisamos a sociedade que nós, o Povo Organizado, decidimos lutar por todos os meios que sejam necessários para denunciar o plano das elites e da especulação imobiliária que torna cada vez mais difícil ter um teto para morar. Entendemos que por isso devemos ocupar, resistir e produzir uma nova forma de moradia popular.

Não queremos casas apenas para morar, queremos um lar onde possamos viver bem a cidade. Viver bem a cidade significa ter transporte público e livre, ter saúde, ter educação, ter segurança, ter diversão e ter alimento saudável. Viver bem a cidade impõe que se conquiste trabalho, terra, teto e liberdade para todos e todas.

Exigimos espaços públicos e coletivos para poder plantar alimentos; Exigimos educação infantil gratuita, de qualidade e pública perto de nossas casas; Exigimos educação libertadora em tempo integral para nossos jovens; Exigimos que a Universidade seja pública e gratuita para todos; Exigimos tudo que faça a gente ser feliz, ser saudável, ser próspero, ser educado e ser sonhador dos sonhos mais lindos.

A liberdade nós vamos conquistar lutando. Somos o Povo Organizado, estamos juntos e somos fortes. Viva a luta por Moradia Popular! Com luta, com garra, a casa sai na marra!

Ocupação Carlos Marighella, aqui vivemos aqui lutamos (MARIGHELLA, 2022)

Figura 4 – Ocupação na Guarda do Cubatão



Fonte: acervo pessoal

O Projeto Marighella, organizado pelo Movimento pela Universidade Popular (MUP) de Santa Catarina, realizou Caravanas composta por estudantes de graduação de diversos cursos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), interessados em conhecer as atividades da Ocupação, assim como em fornecer ajuda na limpeza e na organização do espaço. Este apoio se tornou primordial, pois o vínculo destes trabalhadores com os alunos da comunidade acadêmica viabiliza projetos de pesquisa e extensão, assim como se torna tema de trabalhos de conclusão de curso, atividades de extensão, debates e outras atividades. Além deste, o Coletivo Negro Minervino de Oliveira (CNMO), o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM), a União da Juventude Comunista (UJC) e a União da Juventude Trabalhadora (UJT) fazem parte deste momento de apoio, não apenas partidário, mas que também implica participação direta nas atividades que serão desenvolvidas com os moradores. Nesta primeira imagem, podemos ver que

um dos prédios ocupados possui a bandeira da Unidade Classista (UC), unidade sindical vinculada à Unidade Sindical Mundial (USM), onde a atuação destes é a partir de uma célula, coletivo ou núcleo, partidariamente vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nas células e reuniões, como em posicionamentos públicos, os trabalhadores se organizam em diversas áreas de atuação e podem atuar dentro de sindicatos estaduais/regionais ou nacionais, trazendo as pautas que estão presentes na organização político-partidária da Unidade e, a partir disso, a discussão destes temas com outras vertentes sindicais.

A vertente sindical que defende enquanto pauta política e levanta a bandeira em prol da moradia, onde existem comitês de base para discutir a problemática, é a Unidade Classista. Esta pode ser considerada uma das forças sindicais de onde nascem algumas lutas pela moradia nas cidades onde atuam, tendo feito Ocupações em diversos estados e regiões brasileiras. A atuação do PCB como um todo é de forma nacional, logo, seus militantes estão espalhados pelo Brasil, organizados através da classe trabalhadora¹⁰ e outros setores. Nesse sentido, a articulação da Unidade Classista é nacional, organizando encontros estaduais que reúnem membros de diversas cidades, realizando eleições para delegados dos Congressos Nacionais e estaduais e afins. Sua frente é tomada ao participar em diversos setores de trabalho, como o núcleo de Tecnologia da Informação, da Educação, como a atuação de professores da educação básica até a educação superior.

¹⁰ O nome Ocupação Carlos Marighella também existe na cidade de Pernambuco, no Ceará - Nordeste do Brasil. Na qual, tem alguns anos de resistência. E tendo sido organizado também pelo PCB e militantes da luta por moradia. Fonte: <https://www.instagram.com/ocupamarighella/> Último acesso: 07/06/2023.

Figura 5 – Bandeira da Unidade Classista sobre prédio ocupado



Fonte: acervo pessoal

O uso de bandeiras de sindicatos ou de uma unidade sindical, como a Unidade Classista, pode ser um indicativo que levou ao estranhamento por parte de alguns vizinhos aos arredores, mas a reação foi de ataque aos moradores da ocupação. O que ocorreu em seguida, com menos de dois meses de ocupação deste terreno, foi a desocupação forçada e o despejo ilegal no início de junho de 2022. Segundo as publicações do Instagram, no dia 14 de junho, a guarda Policial, junto ao BOPE e à Cavalaria, realizou o despejo ilegal das famílias em uma terça-feira. No início da madrugada, as famílias foram acordadas pela polícia, que ordenou que saíssem dos prédios, os seus móveis foram jogados pela janela - alguns deles recém adquiridos pelas famílias, que estavam decorando suas cozinhas, na medida do possível. A partir da tarde, já estavam alocados no bairro

Caminho Novo. Na imagem publicada em suas redes sociais,¹¹ podemos ver os móveis jogados no chão, no qual o caminhão de mudanças simplesmente depositou os móveis em qualquer lugar.

O Agravo Judicial é um documento onde estão inseridas todas as partes do processo judicial pelo Despejo Zero, contendo as informações dos agravados e agravantes, sendo este o Município de Palhoça contra os moradores da Ocupação Marighella. Para nível de contextualização social do processo, cita-se um trecho do mesmo:

Diante da crise econômica em que o Brasil está inserido, da alta taxa de inflação, e da impossibilidade de pagamento de aluguéis sem o comprometimento da sobrevivência, cerca de 50 famílias de trabalhadores no dia 05 de maio do corrente ano, ocuparam 04 dos 06 prédios abandonados, localizados na Rua Natalino Campos Schaimann com o final da Rua Engenheiro Sérgio José Novelo, no Bairro Guarda do Cubatão, Município de Palhoça/SC.

Frise-se que o imóvel ocupado por essas famílias, não estava cumprindo a sua função social e estava abandonado há mais de 7 anos. Durante a ocupação essas famílias têm mostrado um grau de organização e cuidado entre todos e todas, e em especial com as crianças. Limparam o local, transformando os apartamentos em moradias dignas.

As famílias que lá estão morando, conforme as imagens acostadas a essa, estão em melhores condições do que de onde vieram. Possuem agora moradia, teto e alimentação, direitos humanos fundamentais para a dignidade da pessoa humana. O contexto social do Município de Palhoça é de ausência de programa habitacional e nesse momento o mesmo vem recorrer ao judiciário sem ao menos apresentar uma possibilidade de moradia para essas famílias que estarão na rua se a desocupação vier a ocorrer. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 5058595-29.2021.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Pedro Manoel Abreu, Primeira Câmara de Direito Público, j. 26-04-2022)

A partir desse momento, é realizado o laudo sobre a realidade da Ocupação através de fotografias, das condições de limpeza e de organização dos espaços pelos moradores.

¹¹ OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA RESISTE!

Hoje as famílias da Ocupação Marighella foram despejadas e confinadas em um Ginásio frio, sem condições de moradia, em plena quarta onda da COVID. Continuamos na luta, pela conquista de direitos básicos que não são garantidos pelo Estado. (...)

Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cey3yj-AYF/> Último acesso em: 19/07/2023.

Figura 6 – Organização da despensa de alimentos



Fonte: Acervo pessoal

Os sistemas de banheiros na ocupação Carlos Marighella são feitos de acordo com princípios da agroecologia. Trabalha-se com banheiros secos, ou seja,

não se necessita de água para descarga, reduzindo assim o consumo de água e contribuindo para sustentabilidade deste recurso vital e finito que é a água.

As fezes são levadas para as leiras de compostagem de resíduos sólidos de banheiro, método desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. A urina, por sua vez, é toda direcionada para uma mini fossa que realiza o trabalho de sucção da urina por meio do processo chamado evapotranspiração a partir do plantio de bananeiras e plantas com alta capacidade de absorção como inhames e taiobas.

Desta forma, desenvolve-se nas famílias e nas crianças a educação ambiental destacando-se a importância da ciclagem dos resíduos e da sustentabilidade da água. (TJSC, 2022, P. 16)

Nos autos coletados sobre os trâmites jurídicos na primeira fase da Ocupação, podemos destacar o laudo realizado pelos advogados populares, onde cita a organização das famílias no prédio abandonado do Programa Minha Casa, Minha Vida¹² Na Guarda do Cubatão. Questiona-se então, o abandono do terreno pela construtora ao interromper suas atividades, e por conseguinte, não exercer a função social garantida pela Constituição Federal (TJSC, 2022, p.7). Além disso, podemos ver que a construção dos banheiros secos faz jus com projetos de extensão e estudos de egressos do curso de Agronomia, onde a função destes banheiros é agroecológica.

As fotografias foram realizadas durante três visitas da autora, realizadas em cada uma das fases da Ocupação. Através destas imagens, vemos narrativas e realidades expressas que condizem com os relatos e publicações nas redes sociais pelos moradores e coordenadores, assim como tais publicações serão trazidas neste trabalho. As publicações servem como um contexto para algumas de suas ações, assim como um meio de comunicação com apoiadores e militantes, como estratégia para visibilizar a luta política.

3.2 SEGUNDA FASE DA OCUPAÇÃO (GINÁSIO NÃO É MORADIA)

Em meados de junho de 2022, a Ocupação sofre um despejo ilegal, pois ainda vigorava a lei de Lei nº 14.216/2021 (Lei do Despejo Zero), que havia sido aprovada no Supremo Tribunal Federal. No dia 14 de junho de 2022, a Ocupação acordou durante a madrugada com diversos membros da força armada da cidade de

¹² Vide página 20.

Palhoça, como Cavalaria, Tropa de Choque e Policiais Militares, com gritos de ordens para deixarem e desocuparem os prédios. Moradores relatam que os seus móveis foram jogados dos andares mais altos, conforme foi publicado nas redes sociais da Ocupação na data do ocorrido e nos dias posteriores.¹³ Na mesma data, os moradores foram direcionados a um ginásio de esportes no bairro Caminho Novo, cuja função social foi questionada pelos mesmos, pois não seria um ambiente adequado para moradia, pois já cumpria sua função social de esporte e lazer para a comunidade do bairro. Além disso, os moradores, ao serem despejados em pleno inverno de suas casas, reclamaram sobre as condições precárias do ginásio, em que ficaram amontoados em um lugar. Crianças chegaram a ficar doentes por conta da ausência de ventilação no local.

Para arrecadar doações e atrair apoiadores, a organização da Ocupação Carlos Marighella promove um Festival Cultural e convida diversos artistas da cena do Hip-Hop em Florianópolis, assim como o Slam Cruz e Souza¹⁴, conhecido por declamar poemas falados, para exaltar a cultura afro-brasileira e os artistas independentes. Na data do evento, no dia 19 de junho de 2022, uma quarta-feira, foi realizada uma assembleia geral com os moradores, onde foram tratadas diversas questões como planejamento mensal das atividades dos moradores, divisão social do trabalho e questões de segurança. A assembleia foi interrompida pelo secretário de assistência social da Prefeitura de Palhoça, que anunciou a proibição do evento. Os organizadores tentaram dialogar com o secretário em vão, e policiais militares acabaram cercando o ginásio. Militantes e moradores realizaram *lives* nas redes sociais para denunciar a censura que estava ocorrendo no momento. Mídias

¹³ ABSURDO! PREFEITURA QUER DESPEJAR FAMÍLIAS EM PANDEMIA E INVERNO!

Ontem, a Ocupação Carlos Marighella foi surpreendida com a volta da ordem de desocupação forçada das famílias. A mesma ordem que utilizou um laudo fraudulento que já desmentimos para toda população. Agora a Prefeitura de Palhoça diz que tem planos para onde alocar as famílias depois de despejá-las: confinadas num ginásio frio no meio de um inverno violento e da quarta onda de pandemia com hospitais lotados! O prefeito Eduardo Freccia, o procurador do município Luciano Dalla Pozza e o desembargador Antônio Zoldan da Veiga não têm a mínima preocupação com as famílias, nem de saúde nem com o direito à moradia digna! Para onde as famílias vão depois de serem despejadas para um ginásio? É um absurdo que o Estado não garanta moradia para centenas de famílias que não têm para onde ir. Exigimos moradia digna e popular para todos e todas! DESPEJO ZERO JÁ! POR PÃO, TERRA, TRABALHO E TETO! Fonte: <https://www.instagram.com/p/CeWpchdLWIW/> Último acesso em: 02/06/2023.

¹⁴ Batalha de Poesia em Florianópolis - SC. Bordão: Onde a voz ecoa e o grito ousa: Slam Cruz e Sousa! Fonte: <https://www.instagram.com/slamcruzesousa/> Último acesso em: 01/06/2023.

alternativas de jornalismo entrevistaram moradores, que se sentiram ameaçados e coagidos com a presença da força policial no local.¹⁵

Desde o despejo ilegal ocorrido no dia 13 para 14 de junho de 2022, os moradores foram despejados do terreno que ocupavam no bairro Barra do Cubatão. Seus pertences, móveis, utensílios de cozinha, colchões, camas, foram literalmente jogados dentro do caminhão,¹⁶ e os moradores foram direcionados pela força policial para o ônibus de transporte disponibilizado pela Prefeitura de Palhoça. O jornal independente Portal Desacato¹⁷ transmitiu ao vivo - o despejo ilegal ocorrido na data e passou a realizar reportagens após o despejo, denunciando as condições do ginásio.

Os moradores protestam, pois o ginásio já estava sendo utilizado como um local de esportes e lazer para a comunidade. O Festival Cultural então marcado para o dia 19 de junho de 2022, promovido pelos moradores, com o fim de recolher doações para a Ocupação, sofreu enorme repressão policial. O secretário de assistência social e sua assistente, do município de Palhoça, são encaminhados

¹⁵ A POLÍCIA MILITAR E GUARDA MUNICIPAL AMEAÇAM AS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO MARIGHELLA! Desde às 8h da manhã a Polícia Militar e Guarda Municipal estão na porta do ginásio onde as famílias da ocupação Marighella foram alocadas, a mando da prefeitura de Palhoça, a fim de nos intimidar para que não aconteça nosso festival cultural. Hoje, mais uma vez, amanhecemos sob ameaça. Por isso pedimos a toda rede de apoio que venha para o festival fortalecer nossa atividade cultural. Nos negam comida, nos negam um teto digno. A nós só oferecem o braço armado do Estado. Lutar por moradia não é crime, realizar atividades culturais GRATUITAS não é crime! Juntos somos mais fortes. Até a vitória final! POR PÃO, TERRA, TRABALHO, TETO E CULTURA! Fonte: https://www.instagram.com/p/Ce_rSdKprG-/ Último acesso em: 01/06/2023.

¹⁶ A PREFEITURA NÃO GARANTE NENHUMA CONDIÇÃO DE MORADIA DIGNA, MAS QUER SEGUIR COM DESPEJO FORÇADO! A Prefeitura de Palhoça e o prefeito Eduardo Freccia seguem com o pedido desumano de despejo forçado das mais de 100 famílias da ocupação Carlos Marighella. Na alternativa proposta pela prefeitura, as condições são piores que na ocupação. Querem jogar famílias em ginásio sem cozinha, com vala de esgoto à céu aberto na frente, ginásio sem vedação apropriada, pequeno demais para a quantidade de famílias e sem nenhuma estrutura de moradia. Essa é a política da secretaria de habitação de Palhoça: Despejar famílias para tornar o terreno novamente abandonado. Com a proposta de mandar as famílias para o espaço do ginásio da comunidade do Caminho Novo, além de não resolver o problema, ainda cria outro com a população do Caminho Novo. Um ginásio que cumpre sua função social para mais de 300 pessoas, crianças e idosos, inscritos em atividades que acontecem ali, não é alternativa para famílias que lutam pelos seus direitos! Não há nenhuma preocupação social, nem com as famílias da Ocupação Carlos Marighella e nem com as famílias da comunidade Caminho Novo! POR PÃO, TERRA, TRABALHO E TETO! QUEM OCUPA NÃO TEM CULPA! Trecho retirado da descrição da publicação onde coordenador da Ocupação denuncia condições precárias do alojamento no Ginásio de Esporte no Bairro Caminho Novo, Fonte: <https://www.instagram.com/p/CewilFYgUfe/>. Último acesso em: 09/08/2023.

¹⁷ Despejo forçado da Ocupação Carlos Marighella: Nesta manhã (14 de junho), as famílias da Ocupação Carlos Marighella, localizada na Guarda do Cubatão em Palhoça, foram despejadas por uma operação organizada pela prefeitura com um número desproporcional de policiais do choque e da cavalaria, intimidando as famílias que contam com cerca de 80 crianças, mulheres grávidas, idosos e pessoas com deficiência. Publicado em: 14/06/2022. Redação. Fonte: <https://desacato.info/despejo-forcado-da-ocupacao-carlos-marighella/>

para proibir a continuidade do evento. Sendo gravados pela mídia alternativa, o evento acabou seguindo pacífico, mas com a presença de policiais armados na entrada do ginásio.

Contrário ao pedido do Senado Federal para que não ocorresse a desocupação, a prefeitura e a secretaria de habitação de Palhoça, sob a alegação de que os prédios ocupados não possuem estrutura adequada para moradia, levaram as famílias para um ginásio de esportes.” (DESACATO, 2022)

Figura 7 – Ginásio de Esportes



Fonte: acervo pessoal

Os moradores, como forma de denunciar o que estava acontecendo, publicaram vídeos e imagens das condições precárias que estavam enfrentando. Estes denunciaram que as marmitas que foram entregues pela prefeitura, tinham a comida quase estragando e até foi encontrado uma barata dentro de uma das marmitas¹⁸. A Figura 7 em diante, mostra as condições enfrentadas pelos

¹⁸ Este relato faz parte de um vídeo publicado nas redes sociais, onde os moradores relataram seu primeiro dia no Ginásio de Esportes, segue descrição da publicação: ESSE GINÁSIO NÃO É MORADIA! É DA COMUNIDADE DO CAMINHO NOVO. Somos contrários à ação do prefeito Eduardo Freccia de alocar as famílias da ocupação no ginásio, um espaço que já cumpre sua função social. Jogar as famílias ali é uma forma da Prefeitura de Palhoça colocar pobre contra pobre, ou seja, colocar a população contra nossas famílias por estarem no ginásio, que desenvolve atualmente, com mais de 300 crianças e jovens, projetos sociais importantes para a juventude. O prefeito quer passar a ideia de que somos nós que estamos inviabilizando os projetos que são tocados no ginásio

moradores, amontoando seus pertences em qualquer espaço, organizando seus colchões no chão frio. Vemos que o espaço não é acolhedor, os chuveiros dos banheiros não funcionam, e à noite a energia era cortada, ficando sem luz ou água durante a madrugada.

Nesta fase da Ocupação, ainda no ginásio de esportes do bairro Caminho Novo, os relatos dos moradores denunciaram que a condição de permanência neste local seria insalubre, a marmita que foi entregue no segundo dia estava imprópria para consumo. Além disso, quando foram despejados diretamente no local, seus móveis foram jogados do prédio da Guarda do Cubatão até o caminhão, e em seguida, jogados no chão na frente do ginásio. As imagens mostram o quesito da organização espacial, que demonstra a falta de estrutura para abrigar famílias em um ginásio. Vemos que, não possuindo paredes ou portas para delimitar seu espaço pessoal, todos colocam seus móveis em uma espécie de fileira, sem distinção ou privacidade.

Figura 8 – As condições no Ginásio

com a população. ISSO NÃO É VERDADE. Antes do despejo, nossas famílias estiveram junto aos técnicos da assistência social no ginásio e nós avisamos: NÃO HÁ CONDIÇÕES ADEQUADAS DE MORADIA. Ali é um espaço de lazer e entretenimento, NÃO É UM ESPAÇO PARA MORADIA. Queremos os direitos do povo atendido, moradia digna para as famílias da ocupação e esse espaço de esporte e lazer devolvido para comunidade do bairro! POR PÃO, TERRA, TRABALHO E TETO! LUTAR! CRIAR! MORADIA POPULAR! Fonte: <https://www.instagram.com/p/Ce41STCjUVk/> Último acesso: 07/06/2023.



Fonte: acervo pessoal

Figura 9 – Organização no Ginásio



Fonte: acervo pessoal

Figura 10 – Condições e organização



Fonte: acervo pessoal

Figura 11 – Organização dos pertences dos moradores



Fonte: acervo pessoal

Para entendermos o contexto destas imagens, é necessário compreender qual a expectativa dos moradores quanto ao apoio da Prefeitura que, ao tentar realojar os moradores no Ginásio de Esportes do bairro, deixou a comunidade desta região sem lazer. A reivindicação principal, vista nos relatos através de vídeos publicados nas redes sociais da Ocupação¹⁹, é justamente reverter essa ação, com a possibilidade de uma política de moradia no município.

Os moradores e apoiadores realizaram diversas tentativas de diálogo com a Prefeitura, reivindicando condições que de fato possam pensar em uma moradia digna para moradores e trabalhadores do bairro, pois o ginásio não tinha condições de viabilizar uma moradia para diversas famílias. Além de ficarem aglomerados, seus pertences estão amontoados, onde a presença de paredes ou qualquer outro tipo de privacidade foi cerceada, como as figuras 7, 8, 9, 10 e 11 ilustram. Os moradores organizam seus pertences, conforme a propriedade que tem de cada objeto ou móvel, contudo, nas imagens, fica indissociável a ideia de propriedade ou até de privacidade, onde não podemos identificar a quem pertence esses objetos, o que é de um, ou de outro.

Figura 12 – Festival Cultural

¹⁹ Vídeo publicado no dia do evento, quando a presença dos policiais tentou reprimir os moradores e apoiadores no local, onde lemos: POLÍCIA MILITAR E GUARDA MUNICIPAL AMEAÇAM AS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO MARIGHELLA! Desde às 8h da manhã a Polícia Militar e Guarda Municipal estão na porta do ginásio onde as famílias da ocupação Marighella foram alocadas, a mando da prefeitura de Palhoça, a fim de nos intimidar para que não aconteça nosso festival cultural. Hoje, mais uma vez, amanhecemos sob ameaça. Por isso pedimos a toda rede de apoio que venha para o festival fortalecer nossa atividade cultural. Nos negam comida, nos negam um teto digno. A nós, só oferecem o braço armado do Estado. Lutar por moradia não é crime, realizar atividades culturais GRATUITAS não é crime! Juntos somos mais fortes. Até a vitória final! POR PÃO, TERRA, TRABALHO, TETO E CULTURA! Fonte: https://www.instagram.com/p/Ce_opgoDUIK/ Último acesso: 14/06/2023.



Fonte: [Instagram](#)

A tentativa de realizar o primeiro Festival Cultural da Ocupação, com diversas atrações presentes, foi interrompida pelos dois secretários de assistência social do município de Palhoça à época. Eles declararam a impossibilidade de ocorrer o evento²⁰, sob a justificativa que o ginásio não poderia acomodar intervenções artísticas, sendo que o próprio ginásio serve como prática de esportes para a comunidade. Os policiais se posicionaram em frente ao ginásio, impedindo moradores de entrarem no local, mídias alternativas e independentes estavam presentes no local para gravar o ocorrido e tentar dialogar. As atrações convidadas então declamaram suas poesias e cantaram suas músicas, em forma de protesto fora do ginásio. Ao visitar a Ocupação e realizar as fotografias que foram exibidas acima, durante a declamação das poesias, foi realizado vídeos no qual, para exposição neste trabalho, um destes foi transcrito e será utilizado para fins de

²⁰ Podemos perceber que algumas publicações parecem repetitivas, porém servem de alerta para os que visualizam e tentam reforçar a necessidade de apoio de externos nessas situação. Tal ocorrência foi publicada nas redes sociais: Lutar por moradia não é crime, realizar atividades culturais GRATUITAS não é crime! Juntos somos mais fortes. Até a vitória final! Fonte: https://www.instagram.com/p/Ce_TsLRLk9H/ Último acesso: 13/06/2023.

registrar as atividades ocorridas na data do evento, no qual, um dos poemas declamados é exibido a seguir:

Poema “Vale a Pena”, de Mauro Iasi

Quando a noite parece eterna
e o frio nos quebra a alma.
Quando a vida se perde por nada
e o futuro não passa de uma promessa.
Nos perguntamos: vale a pena?
Quando a classe parece morta
e a luta é só uma lembrança.
Quando os amigos e as amigas se vão
e os abraços se fazem à distância.
Nos perguntamos: Vale a pena?
Quando a história se torna farsa
e outubro não é mais que um mês.
Quando a memória já nos falta
e maio se transforma em festa.
Nos perguntamos: vale a pena?
Mas, quando entre camaradas nos encontramos
e ousamos sonhar futuros.
Quando a teoria nos aclara a vista
e com o povo, ombro a ombro, marchamos.
Respondemos: vale a pena viver,
quando se é comunista. (IASI, 2019)

Figura 13 – Dia do evento



Fonte: [Instagram](#)

A recitação dos poemas foi realizada pelos apoiadores, onde cantavam músicas no violão e faziam essas citações de “poemas falados” ou “slams”. Como foi relatado anteriormente, houve a presença da força policial no local e o evento aconteceu ao lado de fora do ginásio, visto que haviam proibido a circulação dos moradores e apoiadores para dentro e fora do ginásio. Com a realização de uma assembleia entre moradores e coordenadores, foi decidido a retirada das famílias pelos coordenadores e o encaminhamento destas para um novo terreno que seria ocupado.

3.3 TERCEIRA FASE DA OCUPAÇÃO (RENASCIMENTO)

Durante a assembleia realizada na data do evento do Festival Cultural, foi decidido os próximos rumos da Ocupação. Segundo os coordenadores e presentes nesta assembleia, havia um novo terreno à vista. Neste caso, a Ocupação Carlos Marighella renasceu em julho de 2022, no bairro Aririu da Formiga. Cerca de 80 famílias ocuparam um terreno que estava há 8 anos abandonado. De acordo com a

Constituição Federal de 1988, a função social²¹ poderia ser estabelecida através da propriedade coletiva. As famílias permanecem ocupando o terreno em prol da moradia digna.

Figura 14 – Morro do Cambirela



Fonte: Acervo pessoal

Por fim, ao ocorrer o que foi considerado o renascimento da Ocupação em um novo terreno, que segue sendo fixo até o momento, promovendo mutirões de construção e apoio a horta comunitária. Os moradores decidiram, durante uma

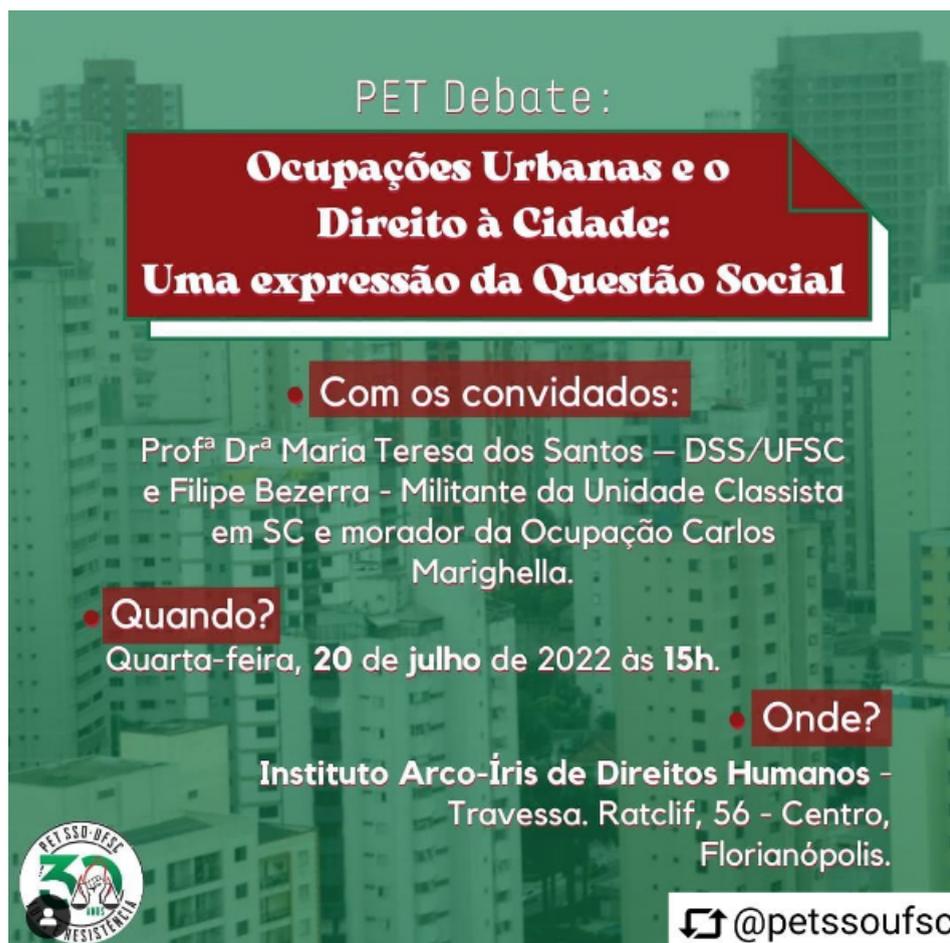
²¹ (...) Com a propriedade, a posse, o contrato também não é diferente. Pense numa casa abandonada, em que o mato do quintal cresce ano após ano sem que o proprietário tome qualquer providência, tornando-se ambiente propício a proliferação de pragas e animais peçonhentos, gerando um risco concreto a saúde de toda vizinhança, esta é uma situação corriqueira em que o imóvel (uma casa) não atende a função social, posto que não serve a sua finalidade precípua de moradia. (...) (FARIZEL, 2016, Artigo) Fonte: pequeno artigo sobre função social <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-a-funcao-social/415030798>

Assembleia dos moradores na fase anterior do Ginásio de Esportes, realizar uma nova ocupação. Esta foi realizada através do mesmo princípio de função social do terreno, localizada então no Aririu da Formiga, no município de Palhoça. Na terceira e última fase, os moradores e apoiadores se deslocam para um novo terreno abandonado, localizado no bairro Aririu da Formiga. Com isso, a ocupação segue construindo uma Escola Popular, uma ideia que esteve presente desde a primeira fase, no qual moradores podem estudar para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e realizam mutirões com os apoiadores para a construção da horta comunitária e outras reformas necessárias no local.

Neste momento da Ocupação Carlos Marighella, a partir da primeira semana de julho de 2022 em diante, foram promovidos diversos eventos quanto a participação da Ocupação nas reuniões abertas do Plano Diretor (PD) da cidade de Florianópolis. Outras Ocupações também buscam se inserir na elaboração do PD. O desfecho disto se dá com a votação fechada do Plano Diretor, onde a força policial e os movimentos sociais estiveram presentes, mas foram barrados pela força policial, tendo o Plano sido aprovado por maioria na votação²². Sobre o Plano Diretor, a Ocupação esteve presente nas reuniões abertas, porém, após a votação ter sido fechada, esta e outras já não puderam mais participar. Para entender o tema, foi realizado anteriormente um Debate em parceria com o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) da UFSC.

Figura 15 – PET Debate

²² E assim foi a aprovação do Plano Diretor em Florianópolis. Venderam a cidade com a aprovação do Plano, mas a população vai lutar por seus direitos. Consultar em: <https://www.instagram.com/p/CqHNTW-MFEI/> Último acesso: 08/06/2023.



PET Debate:

**Ocupações Urbanas e o
Direito à Cidade:
Uma expressão da Questão Social**

- **Com os convidados:**
Profª Drª Maria Teresa dos Santos – DSS/UFSC
e Filipe Bezerra - Militante da Unidade Classista
em SC e morador da Ocupação Carlos
Marighella.
- **Quando?**
Quarta-feira, 20 de julho de 2022 às 15h.
- **Onde?**
Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos -
Travessa. Ratclif, 56 - Centro,
Florianópolis.

 @petssoufsc

Fonte: [Instagram](#)

A partir disso, tivemos diversos outros eventos com a participação dos coordenadores e moradores para contar um pouco sobre suas experiências e trazer para o ambiente acadêmico tal discussão. Muitas palestras e rodas de conversas foram organizadas na Universidade sobre o tema, incluindo em mesas sobre a reforma agrária e outros. Podemos perceber então que diversos núcleos e centros de diversas graduações se engajam na luta e no interesse em conhecer o cotidiano da Ocupação e se colocam à disposição para eventuais ajudas e apoios.²³

²³ Segue uma descrição de uma das rodas de conversa: dos eventos no qual coordenadores compartilharam suas experiências na Ocupação e dialogando com o tema de Direito à Cidade: É com imensa alegria que o PET de Serviço Social da UFSC anuncia a abertura das inscrições para o PET Debate com o tema 'Ocupações Urbanas e o Direito à Cidade: Uma Expressão da Questão Social'. A atividade será constituída por uma roda de conversa onde iremos abordar assuntos como direito à moradia, ocupações urbanas e o direito à cidade. Fomentadores/as do debate: - Profª Drª Maria Teresa dos Santos – DSS/UFSC e - Filipe Bezerra - Militante da Unidade Classista em SC e morador da Ocupação Carlos Marighella. - Outros/as moradores/as da Ocupação e demais pessoas interessadas no tema. Data: 20 de julho de 2022. Local: Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos - Travessa. Ratclif, 56 - Centro, Florianópolis. Horário: 15h... No dia do evento você poderá contribuir de forma espontânea com doações para a Ocupação Carlos Marighella. Abaixo listamos algumas doações mais solicitadas pelos moradores: -Comida (arroz, feijão, macarrão, óleo, açúcar, ovo, farinha de trigo, mistura (linguiça de preferência pq não temos energia elétrica) - Água - Material de

Figura 16 - NUHAB e Defensoria Pública



Fonte: [Instagram](#)

Uma destas iniciativas é o Núcleo de Educação Ambiental do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental (NEAMB), que atualmente, possui um projeto de extensão onde alunos de graduação atuam em diversos setores dentro da Ocupação Carlos Marighella. Até o momento, membros da Ocupação têm participado destes diversos eventos acadêmicos citados anteriormente, entre outros, onde coordenadores e moradores fazem suas falas a partir da sua vivência, narrando as experiências com a agroecologia e levando tal experiência para ambientes acadêmicos.

Contextualizando novas lutas, a ocupação segue desde o momento neste novo local, onde são realizados eventos de parceria com apoiadores, militantes partidários, acadêmicos, comunidades e outras ocupações da região, com os

limpeza (cloro/água sanitária, desinfetante, detergente, esponja de lavar louça, sabão, luvas) - Fralda Tam G - Material de higiene (sabonete, papel higiênico, absorvente, pasta) Fonte: <https://www.instagram.com/p/CgM8L5Ar27I/> Último acesso em: 08/06/2023.

moradores, criando uma rede de solidariedade. Os eventos promovem o acesso da comunidade à ocupação: são organizadas feijoadas, eventos culturais, dia das crianças, um momento de lazer e de apoio financeiro para as despesas dos moradores. São feitas campanhas de arrecadações de doações de produtos de higiene e cestas básicas, assim como arrecadações de doações de materiais escolares para a construção da Escola Popular da Ocupação.

Figura 17 – Dia das Crianças na OCM



Fonte: [Instagram](#)

Com a realização destes eventos, o objetivo é promover um vínculo entre os ocupantes e a sociedade civil, demonstrando seus repertórios de ação (Lüchmann et. Scherer-Warren, 2015). Este vínculo com a sociedade civil, incluindo estudantes e professores, é importante para dar visibilidade às suas ações e, talvez, conquistar novos simpatizantes da causa. Mas principalmente, para ganhar visibilidade e provocar a discussão política sobre o acesso à moradia.

Por fim, na última visita à Ocupação, além de realizar as entrevistas que virão a seguir, foram registradas algumas fotografias para ilustrar o momento de construção em que estão as famílias no novo terreno.

Figura 18 – Aririu da Formiga



Fonte: acervo pessoal da autora

3.4 As entrevistas

Neste tópico, iremos fazer a exposição das entrevistas que foram realizadas com alguns moradores da Ocupação. O roteiro de perguntas está presente no Apêndice e os eixos articulares foram: trabalho e experiência. Nesse caso, sobre o trabalho, foi investigado as condições de alguns moradores quanto ao exercício de atividades remuneradas e as funções que exercem dentro da Ocupação. No segundo eixo, foram realizadas perguntas mais abertas, onde o morador(a) pôde expressar suas colocações quanto à organização e as fases na qual a Ocupação passou, que são tema central deste trabalho.

As entrevistas, então, de certa forma relatam bastante do que foi observado através do método de observação direta e dos registros fotográficos, ao poder descrever as imagens fotográficas, é narrado uma temporalidade, cenário, situação e circunstância nos quais tais fotografias são registradas. Este cenário é relatado conjuntamente nas entrevistas, nas quais podemos ter contato direto com as situações relatadas. Em outras palavras, as entrevistas fornecem uma narrativa subjetiva vinda de quem está inserido no cotidiano da ocupação.

Autora: Há quanto tempo você mora aqui?

Idelvania: Estou aqui há um ano e três meses. Estamos aqui há um ano e 6 meses nesse bairro.

Autora: E quando você veio morar aqui, quantos moradores tinham, você sabe?

Idelvania: Quando eu cheguei aqui, estavam todos os aptos ocupados, não tinha apto desocupado até, no entanto, eu fiquei aguardando uma vaga. Fiquei na lista de espera e eu fazia parte das reuniões mesmo eu não tendo garantia de que eu fosse pegar um apê, então eu fiquei vindo nas reuniões de domingo. Fiquei ajudando na cozinha coletiva. E quando o Filipe perguntou, porque as pessoas não estavam ocupando seus aptos, então eu falei que eu não estava porque eu não tinha recebido ainda o meu, aí naquele naquela tarde eu recebi o meu. E aí eu me mudei logo no outro dia e aí estamos aí nessa luta até hoje, e na cozinha coletiva.

Autora: Como é a organização da cozinha coletiva?

Idelvania: Funciona assim, cada dia é formado uma equipe para ajudar. Quem vai cozinhar, quem vai fazer a limpeza e então juntamos os materiais, e nos juntamos para comprar a mistura. Porque sempre tem feijão, arroz. A salada é a que ganhamos da ocupação do Amarildo. E sempre se junta para fazer para comprar a mistura, a gente faz a comida e depois distribuí para os moradores, todo mundo participa junto e depois faz a limpeza e encerra por esse dia.

Autora: E fora daqui, você faz outro trabalho?

Idelvania: eu tenho uma lojinha que eu comecei vindo para cá. Eu estava desempregada, não tinha condições de pagar um aluguel. E aí como eu tava aqui, eu comecei a pegar as minhas ajudas que eu recebia. E comecei a comprar roupa, fui comprando e fui vendendo. Inclusive eu tenho clientes daqui do Carlos Marighella. Eu tenho clientes daqui do bairro vizinho, e clientes daqui do nosso bairro, eu comecei a vender online. Inclusive até hoje não tenho uma loja fixa, porque fica tudo em casa

mesmo e agora começamos a colocar o lanche e fritas na hora. Começamos a colocar aqui no Carlos Marighella.

(APÊNDICE A)

A contribuição desta moradora é expressa no sentido de que ela conheceu a Ocupação Carlos Marighella a partir da terceira fase, onde podemos conhecer a visão da mesma sobre as atividades exercidas. Ela afirma gostar muito de participar da cozinha coletiva, onde as atividades são bem divididas entre cada um dos contribuintes, além de falar um pouco sobre uma nova possibilidade de trabalho. A moradora relata desempenhar atividades na cozinha e no comércio, o que contribui para a obtenção de renda e todas as complexidades em morar em Ocupação e poder complementar ou ter sua própria renda ou sustento.

Autora: Como foi o processo de chegar na Guarda do Cubatão?

Inês: quando eu cheguei na Guarda do Cubatão, era no dia 13 de Maio. Eu e meu esposo, participamos de reuniões que foram feitas na Beira Rio, que também é uma ocupação. E isso foi, desde dezembro, fomos parar lá em maio, não conseguimos participar do Pulo porque estávamos com outros processos, mas foi uma coisa assim, que nem eu acreditava quando chegamos, olhava aqueles apartamentos, não tinham janela, não tinha porta, ainda também não tinha água, não tinha luz. Foi uma sensação estranha no começo, meu marido não queria muito participar, ficou com dúvida e chegamos quando eles estavam com um processo de despejo. Se não me falha a memória, ganhamos mais 45 dias, acabamos nos mudando para lá quando um dos coordenadores falou que a gente tinha ganhado um apartamento, mas que tinha que morar, pois senão, era passado para outra família e naquela época tinha muita gente, eram mais de 100 famílias. Fomos entregar nossa casa alugada, saímos de Picadas do Sul em São José, pegamos nossas coisas, que não era muita coisa, e fomos para lá, começamos a participar da luta, no começo, foi meio estranho, meio difícil, mas começamos a nos adaptar. Fiz amizade com muita gente, tínhamos uma cozinha coletiva, todos iam juntos almoçar. Vamos jantar, vamos tomar um café, todos juntos. E fui me adaptando com o pessoal da cozinha, meu esposo trabalhava, chegava só à noite, às vezes ele participava da segurança noturna que tínhamos. E foi um processo no começo estranho, mas depois bem adaptável, bem tranquilo, bem legal.

Autora: E quando ocorreu o despejo, qual foi o sentimento que você teve? Como foi?

Inês: Tudo bem, eu acho que vale a pena lembrar. Foi um momento, assim, nem sei explicar, mas foi estranho, estávamos com aquele processo em andamento, não sabia o que ia acontecer, então de manhã, eu lembro que era bem cedo, era 5 horas da madrugada. Eu só escutei alguém gritar “a polícia tá aí, bora arrumar as coisas”, mas como estávamos com esse processo em andamento, estávamos preparando nossas coisas, eu inclusive já tinha separado, meus documentos, tudo, nesse dia foi correria, né? Todo mundo tendo que sair, eles já entraram mandando sair fora, na verdade. Sempre comento com todo mundo, que parecia uma série da Netflix, que aquela cavalaria, aquela polícia, era muita polícia, era cachorro. Então para mim foi uma coisa assim totalmente desnecessária, porque a gente não era tipo um bando de vândalo, como éramos interpretados. Até hoje ainda tiram-nos pra vândalo, para ladrão, para bandido, mas foi um processo assim, bem estranho. Ver as famílias com as crianças, gente chorando, meu marido inclusive ficou muito triste. Ele chorou no dia.

Autora: Nos relatos dos vídeos do Instagram, foi relatado que jogaram móveis do pessoal lá de cima, como foi isso?

Inês: Sim, não chegou a ser do meu, o meu até eu lembro que a Amanda acompanhou, que aí morava lá no bloco, se eu não me engano, bloco 1 e Amanda, uma das nossas camaradas, ela acompanhou o processo de lá e ela comentou que lá foi tranquilo com o pessoal que teve lá retirando, foram muito educados, muito respeitosos, mas o pessoal que pegou os blocos mais na frente, realmente teve uma camarada minha, a Cláudia, ela perdeu o guarda-roupa, ela perdeu cozinha, inclusive os policiais já entraram no apartamento dela chutando e quebrando as portas do guarda-roupa. Aí depois eles jogavam os móveis lá de cima. Foi bem triste. Inclusive tem gente, que está com os móveis presos ou eletrodomésticos até hoje, que a gente não sabe para onde foi parar. A única coisa minha que estava no caminhão, inclusive resgatamos sem eles verem, era a minha máquina de lavar, que estava no caminhão e ia para um depósito, agora para onde foi parar, não sabemos até hoje, tem gente que até hoje, não recuperou seus móveis, então é uma situação bem constrangedora. Sabe, eles não deram satisfações para onde íamos, para onde seríamos levados, levaram as nossas coisas como fossem lixos em cima de um caminhão, quem olhava de fora, parecia que era caminhão de lixo reciclável, da forma que eles levaram assim foi bem triste, bem constrangedor.

Autora: Como foi o processo para chegar até o ginásio? Foram através de um ônibus? E os caminhões que estavam com os móveis, eles depositaram os móveis e seguiram viagem?

Inês: exatamente, nossas roupas, estava tudo misturado. Marquei os meus sacos, na verdade, como que eu falei, como já sabíamos que ia ter esse processo, eu peguei

uma fita branca e fui botando meu nome, botei tudo em sacos de lixo mesmo, porque não tinha onde colocar e fui escrevendo o meu nome e o meu esposo, mas quando eu falei, tem gente que até hoje perdeu muita coisa, inclusive roupa de criança na época, tinha uma grávida, a Beatriz, ela perdeu muita coisa da gestação dela, das roupas da bebê dela, coisas que ela já tinha ganhado, sabe, foi bem triste mesmo; No transporte de ônibus, fomos todos juntos, escoltados no ônibus como se fossemos um bando de presos, nem sei nem explicar direito, mas estávamos lotados, não tinha lugar nem para sentar, e era escolta na frente e escolta atrás, inclusive em um momento, começamos a cantar uns “cantos de manifestação”, eles pararam o ônibus, mandaram parar de gritar, parar de cantar, tínhamos que ir em silêncio, bem constrangedor. Ameaçaram inclusive bater na gente nesse dia, tinham uns meninos que eles achavam que eram os meninos do corre, né? Era só porque eram os guris mais novo, tinha umas tatuagem, eles tiravam pra Bandido e eles cismaram com aqueles guris, eles queriam bater nesses meninos, qualquer coisa que fizéssemos, eles estavam ameaçavam bater.

Autora: Quanto às condições no ginásio? A questão da privacidade, da organização entre os móveis de uma família para os de outra, como ficou? E como você se sentiu assim, nesse processo? Quanto às visitas do secretário e da secretária, da assistência social? Qual foi a abordagem deles? E como vocês respondiam a isso?

Inês: quando chegamos, no primeiro dia de manhã, eles (os secretários) estavam nos aguardando, colocaram alguns colchões, que não dava nem para metade do pessoal que tínhamos na época, então eles fizeram uma ficha oferecendo para nós o aluguel social. E sempre deixamos bem claro, que não queríamos o aluguel social, queríamos moradia popular, estávamos atrás de moradia, que a nossa luta, ela seria para encaixe no programa Minha Casa, Minha Vida, e essa luta que fazemos, precisamos de uma moradia adequada, e elas (secretárias) insistiam, inclusive, para assinarmos o papel aceitando o aluguel social. Até onde eu sei, ninguém aceitou. E foi bem constrangedor, a parte em que ficamos, se não me falha a memória, 21 dias no ginásio, foi bem chato, como foi mencionado, era a cama de uma família aqui, a cama do outro ali, a gente se via toda noite, escutava o pessoal roncando, era uma situação bem chata. Eles prometeram que ia ter chuveiro pra gente dar banho nas crianças, pra gente também tomar banho. No final, no nosso banheiro feminino, não tinha chuveiro, nenhum funcionava, tomávamos banho no banheiro masculino, que também era bem constrangedor, tinha que manter a porta trancada, tinha que esperar às vezes, tinha gente lá tomando banho, tinha que esperar aquela pessoa sair, às vezes, os meninos também estavam usando o banheiro. Tínhamos que esperar os meninos sair, inclusive, eles (secretários) levaram marmita também, para nós, no primeiro dia, foi tranquilo, já no segundo dia, veio marmita com barata, que foi bem triste, eu achei um absurdo, dava para ver com aquela barata havia sido colocada de

propósito, ela não caiu dentro da comida. Ela estava bem em cima, assim, dava para ver que tinha sido colocada mesmo. Porque eles não gostavam da gente, né? Quando a gente fez o Festival Cultural, que era para ter acontecido na Guarda do Cubatão, como a gente foi despejado para o ginásio, demos a sequência desse ato, e nesse dia, tivemos a presença, também, de muita polícia. Eles acharam que íamos fazer um evento aberto ao público, para ganhar dinheiro, e sendo que era algo assim, só para incentivar. Inclusive para a criançada, para os moradores também, para arrecadar doações. E foi eles ficaram ali com a gente, acho que era umas 8 horas, quando eles chegaram, até umas 5 horas da tarde, então eu acho bem desnecessário. Achei bem desnecessário. Eles estavam praticamente perdendo o tempo deles, com a gente.

Autora: Na Assembleia que ocorreu, havia relatos de que proibiram as pessoas de entrar ou sair do ginásio. E pediam o CPF de todos que estavam lá, até dos apoiadores. Como foi essa situação?

Inês: Sim, eles pediam nome e CPF, eles fizeram uma barragem na entrada da porta, não queriam deixar ninguém entrar. Inclusive não queria nem deixar irmos ao banheiro, ou pegar alguma coisa nas nossas coisas, ameaçaram revistar nossas coisas, porque eles tiravam a gente de drogado, pra um monte de coisa. Nesse dia eu lembro, que foi bem chato também, bem constrangedor, na verdade. A gente sempre tem a opressão da polícia em cima da gente até aqui agora, não tem muito tempo. Acho que não se faz, um mês e pouco, que eles vieram aqui que a gente tem a nossa água, né? Do nosso jeito pra ter, porque do jeito deles, não acontece, eles não nos ajudam em nada e eles fizeram uma visita, não tem muitos dias aqui. Cortaram a nossa água, fizeram escambau. Enfim como sempre, então sempre tem a opressão deles, e é muito forte.

Autora: E durante o evento no ginásio, era para ter recitação de poesias e poemas. Assim como músicas, etc. Como foi esse momento?

Inês: Veio muita gente de fora, inclusive eu nunca tinha visto, de executar poesia, cantaram, foi muito legal mesmo. Teve até gente que faz pintura, mas lá não podia fazer, né? Eles vieram para fazer na Guarda, onde estávamos e acabaram não fazendo, mas mesmo assim, eles ficaram lá com a gente, teve alguma coisa também com as crianças, eu não lembro direito que era, mas foi muito divertido. Tirando a parte da repressão policial, o evento foi realmente bem divertido.

Autora: E a chegada aqui no Aririu da Formiga, como foi? Você percebe a diferença do começo para agora?

Inês: Então, só voltando um pouquinho para o ginásio, nesse dia, fizemos tudo na calada da noite, né? Arrumamos nossas coisas, devagarinho, para se caso eles chegassem, perceberam que estávamos com algum plano. Fomos tirando as famílias de cinco em cinco, chegavam os carros, iam levando. Alugamos, acho que foi, um caminhão para trazer as coisas maiores, os móveis e coisas, e viemos para o ato “para o pulo”, só com uma coberta, eu no caso trouxe só uma coberta, um travesseiro e uma roupa para usar e os meus produtos de higiene, escova de dente, pasta, etc. Fomos primeiro para a aldeia indígena no Morro dos Cavalos. Passamos a madrugada toda, quando foi 4 horas da madrugada. Fizemos o “pulo” para cá, isso daqui era fechado no mato. Foi feito só um corredorzinho, assim pequenininho, que a gente passava assim, era mato em cima de mato. Inclusive o bloco dois, a gente nem sabia que existia, tu olhava assim, parecia que não tinha, de tanto mato que tinha, era inacreditável, era muito sujo, muito sujo mesmo, tinha muita aranha, muita cobra, foi um processo bem complicado para deixar como tá hoje, mas a gente chegou aí de manhã, a gente ficou, ninguém dorme, no ato, esperamos clarear de manhã, nos reunimos na frente do portão, pra ver se ia chegar a polícia ou alguma coisa, ou como os moradores iam se comportar, inclusive os moradores do prédio aqui do lado, alguns hoje são já nossos amigos. Recebemos muitas doações dali de dentro, mas alguns ainda fazem um processo gigante de condenação em cima da gente. Se eles puderem ligar pra polícia pra vir aqui, inclusive esses dias, eles estavam tendo até fotos dos meninos arrumando a água ali na frente, eles ameaçaram de novo ligar pra polícia. Mas voltando lá atrás, foi uma luta muito forte. Teve gente que desistiu, que não aguentou, que não ficou porque realmente estava muito feio aqui, muito feio. Parecia um deserto, uma coisa sem vida, só tinha mato. E devagarinho, fomos dando vida a esse espaço, fomos limpando, foi um processo que fizemos até hoje ainda, na verdade, ele não está totalmente como queríamos que estivesse, mas graças a Deus, seguimos firmes. Não desistimos, meu esposo sempre participou muito de ajudar a limpeza, aqui as famílias já começaram mais a se dividir, né? A gente teve por um bom tempo também, a nossa cozinha coletiva. Tínhamos um gerador, onde carregamos nosso celular, sentávamos ali onde é o apartamento de Joelson agora, era nossa cozinha, ríamos, brincávamos, até um certo horário, eu lembro, que era das 6:30 às 9:30 da noite, fazíamos a nossa comida na cozinha coletiva. Teve uma época que, se não me falha a memória, tinha só cinco famílias. Todas desistiram, começamos a fazer campanha para puxar famílias, e tanto que hoje está cheio, e tem gente na fila de espera, teve momentos bem dolorosos também, que foi quando a nossa camarada Doris caiu e quebrou o seus dois joelhos. Foi numa noite em que tentamos fazer uma instalação de luz aqui e infelizmente, ela foi ajudar e caiu no buraco, que ela não sabia que tinha em cima do prédio e acabou quebrando as duas pernas dela, foi bem triste, nesse dia, bem doloroso, mas eu acho que não dá para desistir, como muitas vezes aqui, acontece algumas guerrinhas

entre a gente, né? Essa semana inclusive meu marido falou várias vezes, pensou em desistir, e eu até hoje, eu estava comentando com ele, mas eu acho que não, não é uma época para desistir depois de tanto tempo de luta. Não tem como, já passamos por tanta coisa, tem gente que não tem nem um mês aqui dentro, e já está na luta. De morador antigo, só tem eu, meu esposo, a Milene, o seu João, o Catra, a Dóris e o Filipe que é um dos nossos apoiadores. E agora também já é morador da ocupação, são só essas pessoas que estão desde o começo, que acompanharam toda essa trajetória de limpeza, de revitalização, fazíamos eventos com feijoada. De fazer o prédio, reformas na frente do bloco 1, fizemos por causa que molhava muito quando chovia, era um desespero, eu mesma tinha épocas assim de dormir na sala e minhas coisas era tudo amontoada, porque os dois quartos molhavam, era água até no joelho e devagarinho fomos revitalizando, fomos dando vida àquele espaço, hoje o meu apartamento não molha mais, não caiu um pingo de água. Eu posso dormir a noite toda tranquila, não precisa estar me mudando de um lado para o outro, mas acho que é mais ou menos isso. Nos unimos no começo, essa já é uma segunda horta, fizemos uma horta primeiro, mas como falei, no começo estávamos em poucas famílias, meio que caiu meio que no esquecimento, mas hoje, como estamos em muitas famílias, estamos dando uma nova vida, vamos fazer mais outras hortas lá atrás. (APÊNDICE B)

Nesta entrevista, das cinco que foram realizadas com os moradores, optei por colocá-la por extenso e não fazer cortes ou edições resumidas da mesma, justamente pelo fato de poder trazer à tona uma realidade narrada pela própria moradora. Esta ilustra a caracterização das três fases da Ocupação, servindo de forma a reforçar os acontecimentos, mas a partir da perspectiva de quem estava inserido neste contexto e situação no momento em que aconteceram. Suas palavras podem ser interpretadas de forma a contar certamente um pedaço de uma história de vida.

Podemos perceber que, muito do que foi exposto no capítulo dois, sobre os acontecimentos das três da Ocupação, foram sinalizadas pela moradora, onde o intuito foi realizar esta investigação e sondagem, para além do que estava publicado nas redes sociais, a fim de também reconhecer um viés de confirmação destes acontecimentos para serem expostos no trabalho. Analisemos então, um pouco dos relatos da moradora em um trecho do artigo “*A moradia como questão: uma comparação entre as ideias de Engels e o conceito de déficit habitacional*” de Carmen Tornquist e Jefferson Maier (2021):

Boa parte dos movimentos de luta por moradia e moradores/as de ocupações urbanas de caráter espontâneo muitas vezes questionam se a ocupação em si é a garantia de uma moradia digna ou um passo para tal, já que em diversas dessas ocupações, mesmo com quatro paredes e teto, as habitações são paupérrimas. (...) Também são conhecidos os desafios das Ocupações organizadas após o momento inicial: as lutas são diárias, envolvem desde mutirões para construir a infraestrutura necessária para levar água e luz às comunidades até mobilizações para garantir o acesso aos serviços ditos “universais” no âmbito do Sistema Único de Saúde, no sistema de educação pública (creches e escolas) e nos serviços de assistência social, fundamentais para o acesso a programas como Bolsa Família e outros. Muitos destes direitos são negados aos moradores das Ocupações a partir de alegações como “falta de comprovante de residência” e outras, usadas como pretexto para a sua criminalização por parte do poder público. (MAIER; TORNQUIST, 2021, p; 90)

3.5 Últimas contribuições

Neste momento, podemos observar as atuações junto às frentes vinculadas ao tema do trabalho. Referente à Ocupação Carlos Marighella, fundada e refundada em 2022, entre maio e julho do mesmo ano, temos a questão da moradia trazidas pela Unidade Classista, filiada ao Sindicato de Federações Mundial. Um dos frutos do mesmo comitê de luta por moradia da Unidade Classista, sendo nominada Ocupação Amarildo de Souza, em meados de 2013, nas localidades do Norte da Ilha em Florianópolis, cerca de 80 famílias ocuparam um terreno nas margens da SC-401, denunciando um possível caso de grilagem de terras, muito remotamente há época da colonização da Ilha de Santa Catarina, a área segue desocupada até então. As lutas travadas pelos moradores da Ocupação Amarildo de Souza, que teve de trocar de local cerca de três vezes, ocupando um outro terreno no bairro Rio Vermelho, foi atacado com pedras e tendo seus acampamentos destruídos por moradores do bairro, que haviam sido ludibriados por donos de uma das áreas turísticas do bairro, onde foi construída diversas casas para a especulação imobiliária em um terreno de preservação vegetal (NASCIMENTO, 2018, p. 38).

Quando diversos trabalhadores, expostos a questões econômico-financeiras, dado o sistema atual de precarização dos instrumentos de trabalho, o capitalismo segue sendo o debate central para entender como e porquê são realizadas ocupações de terra improdutivas em diversas regiões do Brasil. Em termos de antecedentes históricos da luta pela moradia no estado de Santa

Catarina, destaca-se a Ocupação Amarildo de Souza. Esta ocupação trava sua luta até 2014 quando, após ocupar o INCRA, o governo oferece um terreno em Águas Mornas, que seria direcionada a mais de 80 famílias da Ocupação, em busca então, da homologação e titulação desta terra destinada à reforma agrária.

A justiça estadual tratou o problema sob a ótica da criminalização, acusando-os de ameaça de ordem pública, crime ambiental e invasão de propriedade privada. Em abril foram obrigados a desocupar a área, transferindo-se então para o Rio Vermelho, ocupando uma área vizinha aos campos de golfe de um luxuoso resort do norte da ilha. Sofreram uma reação bastante violenta de moradores da localidade, incentivados por uma campanha intensa da mídia local e, segundo lideranças do movimento, por dinheiro vindo dos proprietários do resort. Após um violento conflito entre os ocupantes e a vizinhança, deslocaram-se de forma negociada e provisória, para uma área próxima a uma terra indígena, também em disputa com posseiros, localizada às margens da BR 101. Os conflitos não tardaram a acontecer e, pouco tempo depois, em junho de 2014, deslocaram-se para uma área rural em Águas Mornas, município rural da Região Metropolitana da Grande Florianópolis. (CANELLA, 2016. P. 280)

Fernando Calheiros, no seu trabalho de Conclusão de Curso em 2016, sob o tema “*“Terra, Trabalho e Teto”: Movimento de Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis”*”, traz uma contribuição teórica para o tema, pois conduz diversas perspectivas desde o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), até a condução da Ocupação Amarildo de Souza, em 2013, em Florianópolis.

Assim, a proposta que começa a ser concebida pela Brigada Marighella, vem com a intenção de trazer alternativas as condições de intensa exploração e espoliação a qual se encontram submetidos grandes contingentes do proletariado presente na região da grande Florianópolis, propondo por sua vez possibilidades de não somente identificar novos sujeitos da reforma agrária, como também de viabilizar a ideia de unir as expectativas da luta do campo e da cidade. (CALHEIROS, 2016, P. 66)

4 CONCLUSÕES

A Ocupação Carlos Marighella surge a partir da necessidade de organização de trabalhadores em busca de um objetivo comum, um direito que deveria ser

garantido constitucionalmente, ainda assim, podem existir diversas controvérsias. O crescimento de Ocupações Urbanas, assim como outras realizadas ao longo dos anos de 2010 em diante, denunciam esta precarização das políticas públicas. Também traz à luz a questão do capitalismo e da falta de discussão entre os órgãos públicos para discutir uma solução ao problema.

A partir das contribuições trazidas através dos relatos e das publicações nas redes sociais da própria Ocupação, podemos visualizar os repertórios de ação e a forma de organização dos moradores enquanto Ocupação, ou seja, enquanto coletivo. Ao acompanhar, desde o primeiro terreno ocupado, do ginásio até o terreno que está hoje, visualizamos a organização própria das famílias, onde o trabalho é coletivo. Nas entrevistas, as moradoras mencionam sobre esta noção de coletividade, onde todo trabalho é feito por todos, dividido por suas tarefas, na cozinha coletiva, na horta coletiva, nas construções e reformas.

Mais uma vez, a necessidade de ocupar se mostra essencial quando o assunto é o acesso da população periférica às políticas de moradia. Alguns trabalhadores, mesmo em condições precarizadas, ao não acessarem de fato uma política pública, decidem se organizar e conhecer outros que também passam pelas mesmas situações. Os mesmos se unem e procuram outras soluções de moradia, mesmo que seja ocupando terrenos abandonados. Sendo esta através da Ocupação, mesmo sendo despejados e desencontrados, continuam em outros lugares, com um sonho em comum, de morar dignamente.

Diversos outros pontos podem ser trazidos à tona, como a organização, participação política e organização no trabalho dentro uma Ocupação, mas principalmente, a necessidade de visibilidade e atenção ao caso. A mobilização de alguns autores serve para entender suas formas de atuação política, engajamento e repertório, os quais foram abordados no capítulo 2. Conforme evidenciado pela literatura, as políticas de moradia não contemplaram uma boa parte de trabalhadores que possuem menor renda (até 1SM).

Por fim, no capítulo três, buscamos entender o que motiva estas reivindicações. O trabalho coletivo é o lema de exercício fundamental de trabalho e associação. Neste capítulo, temos histórias contadas por moradores, em sua maioria mulheres, que podem então ter uma voz neste trabalho e podem expor suas narrativas, histórias, pensamentos e expressões sobre essas experiências.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Cibele Moreira Nobre. **Direito à cidade e negritude**. XV ENECULT - Encontros Multidisciplinares em Cultura. Salvador, ago. 2019.

CALHEIROS, Fernando. **“Terra, Trabalho e Teto”: Movimento de Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis**. Florianópolis, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina.

CANELLA, Francisco. **O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990-2014)**. In: Revista de Ciências HUMANAS, v. 50, n. 2, p. 268-288, jul-dez 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2016v50n2p268> . Acesso em: 09 de novembro de 2022.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes. 2019.

HARVEY, David. (Trad. Jair Pinheiro) **O direito à cidade**. In: Lutas Sociais. São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. 1ª edição. Expressão Popular. São Paulo. 2019. 356 p.

IASI, Mauro Luís. **Meta Amor Fases**. Coletânea de Poemas. 1ª edição. Editora Raízes da América. São Paulo, 2019.

LANFRANCHI, C. T. N. (2021). **O Direito à Moradia e a Situação de Rua**. Ponto-E-Vírgula, (27), 59–71. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2020i27> p59-71.

LAVINAS, Lena. **Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática***. Econômica, v. 4, n. 1, p. 25-59, junho 2002 - Impressa em outubro de 2003.

LIVRAMENTO, Rafael Machado. **OS CICLOS DE OCUPAÇÕES URBANAS E A OCUPAÇÃO AMARILDO DE SOUZA EM FLORIANÓPOLIS/SC ENQUANTO PROCESSOS DE CONSCIÊNCIA DE CLASSE**. 2019. 143 p.

MARICATO, Ermínia. **Direto à terra ou direito à cidade?**. Revista de Cultura Vozes. Nº 5. Agosto de 1979. Petrópolis: Ed. Vozes, v. 89, n. 6, p. 405-411, 1985.

NASCIMENTO, Eron K. **AQUI VIVEMOS, AQUI LUTAMOS: A Ocupação Amarildo de Souza no contexto da formação socioespacial de Florianópolis**. Florianópolis. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina.

PANTA, Mariana. **População negra e o direito à cidade: interfaces entre raça e espaço urbano no Brasil**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 79-100, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1521/1435> Acesso em: 23 de novembro de 2022.

PINHEIRO, Milton et. FERREIRA, Muniz. **Escritos de Carlos Marighella no PCB**. Instituto Caio Prado Jr. Quarteto, Instituto Caio Prado Júnior e Fundação Dinardo Reis. 2013. 232 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. **Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis**. Cadernos Metrôpole., [S.l.], v. 20, n. 41, p. 75-98, abr. 2018. ISSN 2236-9996. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

SUSANA TORNQUIST, Carmen . **Os trabalhadores e a cidade: desigualdade socioespacial e a luta por moradia em Florianópolis**. Revista Marx e o Marxismo, v.10, n.19, jul/dez 2022.

SUSANA TORNQUIST, C. .; MAIER, J. A. . **A MORADIA COMO QUESTÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS IDEIAS DE ENGELS E O CONCEITO DE DÉFICIT HABITACIONAL**. Revista Novos Rumos, [S. l.], v. 58, n. 1, p. 89–103, 2021. DOI: 10.36311/0102-5864.2021.v58n1.p89-103. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/12090>. Acesso em: 19 out. 2023.

TJSC, Agravo de Instrumento n. 5058595-29.2021.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Pedro Manoel Abreu, Primeira Câmara de Direito Público, j. 26-04-2022.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ALEXANDRONI, Amanda. et MOLOSSI, Giulia. **Ocupação Carlos Marighella em SC sobre ameaça! Toda a solidariedade aos que lutam**. Universidade à Esquerda. Florianópolis. 13 de maio de 2022. Disponível em: <<https://universidadeaesquerda.com.br/ocupacao-carlos-marighella-em-sc-sob-ameaca-toda-solidariedade-aos-que-lutam%EF%BF%BC/>> Acesso em 17 de julho de 2022.

DESACATO, Portal. **Despejo forçado da Ocupação Carlos Marighella**. Redação. 14/06/2022. Disponível em: <https://desacato.info/despejo-forcado-da-ocupacao-carlos-marighella/> Último acesso em: 14/06/2023.

DESACATO, Portal. (...) **E assim foi aprovação do Plano Diretor em Florianópolis.** (...). Post no Instagram. 22/03/2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqHNTW-MFEI/> Último acesso em: 14/06/2023.

ESPERANÇAR. FALANDO EM EDUCAÇÃO #31 | **Educação popular, ocupação Marighella e a luta dos oprimidos.** YouTube, 15 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pZOkuWjovE> Último acesso em: 14/06/2023.

FARIZEL, Davi. **O que é a função social?**. JusBrasil. 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-a-funcao-social/415030798> Último acesso em: 14/06/2023.

LAVRAPALAVRA, Editora. **Produtos Instituto Caio Prado Jr.** Sem data. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/categoria-produto/instituto-caio-prado-jr/> Último acesso em: 14/06/2023.

MARIGHELLA, Ocupação Carlos. Palhoça, 2022. Instagram: @marighella.sc

MARIGHELLA, Ocupação Carlos. Fortaleza, 2020. Instagram: @ocupamarighella

MARIGHELLA, Ocupação Carlos, (...) **PREFEITURA QUER DESPEJAR FAMÍLIAS EM PANDEMIA E INVERNO!** (...). Post no Instagram. 03/06/2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CeWpchdLWIW/> Último acesso em: 14/06/2023.

MARIGHELLA, Ocupação Carlos. (...) **PREFEITURA NÃO GARANTE NENHUMA CONDIÇÃO DE MORADIA DIGNA, MAS QUER SEGUIR COM DESPEJO FORÇADO** (...). Vídeo publicado no Instagram. 13/06/2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CewilFYgUfe/> Último acesso em: 14/06/2023.

MARIGHELLA, Ocupação Carlos. (...) **OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA RESISTE!** (...). Post no Instagram. 14/06/2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cey3yj-AYF-/> Último acesso em: 14/06/2023.

MARIGHELLA, Ocupação Carlos. (...) **POLÍCIA MILITAR E GUARDA MUNICIPAL AMEAÇAM AS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO MARIGHELLA!** (...) Vídeo publicado no Instagram. 19/06/2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ce_opgoDUIK/ Último acesso em: 14/06/2023.

MARIGHELLA, Ocupação Carlos. (...) **POLÍCIA MILITAR E GUARDA MUNICIPAL AMEAÇAM AS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO MARIGHELLA!** (...) Vídeo publicado no Instagram. 19/06/2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ce_rSdKprG-/ Último acesso em: 14/06/2023.

MARIGHELLA, Ocupação Carlos. (...) **POLÍCIA MILITAR E GUARDA MUNICIPAL AMEAÇAM AS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO MARIGHELLA!** (...) Post no Instagram. 19/06/2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ce_TsLRLk9H/ Último acesso em: 14/06/2023.

MARIGHELLA, Ocupação Carlos. (...) **AJUDE AS FAMÍLIAS DA OCUPA MARIGHELLA NA LUTA POR MORADIA!** (...) Vídeo publicado no Instagram. 01/07/2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfeSdUOjegg/> Último acesso em: 04/09/2023.

MARIGHELLA, Ocupação Carlos. (...) **PET Debate com o tema 'Ocupações Urbanas e o Direito à Cidade: Uma Expressão da Questão Social'**. (...) Post no Instagram. 19/07/2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CgM8L5Ar27I/> Último acesso em: 14/06/2023.

MIOR, Yasmin. **Famílias são despejadas de ocupação em Palhoça com ação de 14 órgãos públicos; entenda o caso.** NDMais, Florianópolis. 14 de Junho de 2022. Acesso em: 01 de março de 2023. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica/familias-sao-despejadas-de-ocupacao-em-palhoça-com-acao-da-pm-entenda-o-caso/>

OCUPA, SC. (...) **Aconteceu ontem a segunda formação popular do Minha Casa Minha Vida com a Ocupação Carlos Marighella na Palhoça.** (...). Carrossel de fotos publicados no Instagram. 04/09/2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cwx_bb1sP0c/ Último acesso em: 04/09/2023.

SEM AUTOR, **Barroso determina que tribunais criem comissões para mediar desocupações coletivas antes de decisão judicial.** Supremo Tribunal Federal. 31/10/2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=496668&ori=1#:~:t=ext=No%20fim%20de%202021%2C%20o,31%20de%20outubro%20de%202022>. Último acesso em: 14/06/2023.

SOUZA, Slam Cruz e. Página do Instagram. Sem data. Disponível em: <https://www.instagram.com/slamcruzesousa/> Último acesso em: 14/06/2023.

APÊNDICE A – Roteiro de perguntas

1) Entrevista 1: Idelvania

- a) Há quanto tempo você mora aqui?
- b) E quando você veio morar aqui, quantos moradores tinham, você sabe?
- c) Como é a organização da cozinha coletiva?
- d) E fora daqui, você faz outro trabalho?

2) Entrevista 2: Inês

- a) Como foi o processo de chegar na Guarda do Cubatão?
- b) E quando ocorreu o despejo, qual foi o sentimento que você teve?
- c) Nos relatos dos vídeos do Instagram, foi relatado que jogaram móveis do pessoal lá de cima, como foi isso?
- d) Como foi o processo para chegar até o ginásio? Foram através de um ônibus? E os caminhões que estavam com os móveis, eles depositaram os móveis e seguiram viagem?
- e) Quanto às condições no ginásio? A questão da privacidade, da organização entre os móveis de uma família para os de outra, como ficou? E como você se sentiu assim, nesse processo? Quanto às visitas do secretário e da secretária, da assistência social? Qual foi a abordagem deles? E como vocês respondiam a isso?
- f) Na Assembleia que ocorreu, havia relatos de que proibiram as pessoas de entrar ou sair do ginásio. E pediam o CPF de todos que estavam lá, até dos apoiadores. Como foi essa situação?
- g) E durante o evento no ginásio, era para ter recitação de poesias e poemas. Assim como músicas, etc. Como foi esse momento?
- h) E a chegada aqui no Aririu da Formiga, como foi? Você percebe a diferença do começo para agora?